Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Psicologia
Monografia

LGBTfobia:

Diálogos entre Músicas Populares e o Atual Contexto Sociopolítico Brasileiro

Marcos Vinicius Brito de Matos

Brasília-DF

Julho de 2020

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Psicologia
Monografia

LGBTfobia:

Diálogos entre Músicas Populares e o Atual Contexto Sociopolítico Brasileiro

Marcos Vinicius Brito de Matos

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB como requisito parcial à conclusão do Curso de Psicologia. Professora orientadora: Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira.

Brasília-DF

Julho de 2020

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Psicologia
Monografia

Folha de Avaliação

Autor: Marcos Vinicius Brito de Matos

Título: LGBTfobia: Diálogos entre Músicas Populares e o Atual Contexto Sociopolítico Brasileiro.

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ana Flávia do Amaral Madureira

Prof. Dr. Lucas Alves Amaral

Prof. Me. Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

Brasília-DF,

Julho de 2020

Agradecimentos

Gostaria de agradecer:

Primeiramente, à minha mãe, que enquanto em vida, tornou possível minha existência. Lutou incansavelmente por mim, enquanto lutava por si mesma.

À minha madrasta, que representa uma segunda mãe para mim. Ela tornou possível minha (re)existência por mais de uma vez. Desde sempre esteve mais do que presente em minha vida. Também é uma incrível mulher.

Ao meu pai, que nunca deixou de medir esforços pela completude de seus filhos. Um de seus sonhos, auxiliar-me na busca por minha realização profissional, independentemente da área. Eis que estou na conclusão de um curso que me apaixonei.

Aos meus irmãos, parceiros em minha vida, e que me apoiam em tudo que é possível.

Ao meu namorado, por todo o carinho, amor, compreensão e apoio compartilhados comigo durante minha trajetória no curso e a realização deste trabalho.

Aos meus amigos, dentro e fora da área de Psicologia. São parte fundamental da minha trajetória de vida. Com meus amigos, vivi múltiplas experiências, trocamos vivências, afetos, risadas, alegrias, tristezas, aprendizados, memórias, sonhos, realizações, decepções e crescimento. Compartilhamos histórias e fizemos história nas nossas vidas.

Aos meus colegas do curso de Psicologia, do UniCEUB e de outras universidades, e colegas de todos os estágios que tive a oportunidade de experenciar. Integraram parte importante da minha trajetória profissional. Foi-me possível a troca de conhecimentos e experiências essenciais para minha formação. Sou grato por todos.

Aos professores e professoras do curso de Psicologia do UniCEUB, com quem tive a oportunidade de construir um grande aprendizado, sendo uma profissão pela qual tenho grande admiração. Minha formação somente foi possível devido à dedicação, apoio, orientação, preparo e confiança de vocês.

À minha professora e orientadora durante vários momentos no curso de Psicologia do UniCEUB, Prof.ª Dr.ª Ana Flávia do Amaral Madureira. Gostaria de deixar registrado meu profundo agradecimento por sempre orientar e ministrar aulas a seus alunos com amor ao seu trabalho. Agradeço ao espaço e à confiança compartilhados comigo nas disciplinas de Epistemologia e Psicologia, Estágio Básico II, Produção de Artigo, Fórum de Debates III, no Grupo de Estudos Identidades Sociais, Diversidade e Preconceito, na construção do Projeto de Monografia e da Monografia. Os conhecimentos que compartilhou comigo foram valiosos. Sua energia, dedicação e gosto por seu trabalho me motivam a ser mais. Obrigado por me apoiar na minha formação, aprendizado e crescimento.

“O preconceito não te leva a nada
Não seja mais um babaca de mente fechada
Por que o ódio mata, só o amor sara
De qual lado 'cê vai ficar?”

(Triz, 2017)

Sumário

Resumo vii

Introdução 1

Objetivo Geral 6

Objetivos Específicos 6

1. Psicologia Cultural e Diálogos Sobre Gênero, Sexualidade e Relações de Poder 7

2. O Fenômeno da LGBTfobia e Algumas de Suas Diferentes Interfaces 15

3. A Música Enquanto Construção Cultural: Interfaces com a LGBTfobia 30

4. Metodologia 35

7. Resultados e Discussão 41

7.1 Implicações da LGBTfobia nas construções das identidades de gênero e das identidades sexuais 41

7.2 Interfaces entre a LGBTfobia e o racismo 50

7.3 Interfaces entre a LGBTfobia e o fundamentalismo religioso cristão 56

Considerações Finais 62

Referências Bibliográficas 65

Resumo

A presente monografia busca compreender, a partir da análise de músicas populares, as implicações da LGBTfobia nas construções identitárias em relação ao gênero e à sexualidade no atual cenário político brasileiro. A pesquisa se justifica pelo cenário preocupante de violência no país em função da LGBTfobia, além do crescimento de pautas desfavoráveis à diversidade LGBT+ na América Latina nos últimos 30 anos. A base teórica adotada no presente estudo se vinculou às contribuições da Psicologia Cultural. A metodologia utilizada ancorou-se na análise de conteúdo temática, envolvendo a análise de músicas populares brasileiras. O estudo contemplou a análise de 6 músicas, separadas previamente em duas categorias, uma de canções com narrativas desfavoráveis ao reconhecimento e valorização da diversidade LGBT+ e outra favoráveis. Os resultados demonstraram que é pela construção estereotipada de representações sociais sobre características biológicas, ancoradas no sistema binário de gênero, que a LGBTfobia tece implicações preocupantes nas construções identitárias relativas às identidades sexuais e de gênero. Também foi possível identificar que a interseccionalidade de múltiplos recortes sociais pode potencializar a experiência de LGBTfobia vivida por pessoas LGBT+, que vivenciam múltiplos pertencimentos identitários com grupos que são historicamente discriminados. Esses mecanismos foram observados em todas as músicas analisadas. A Psicologia tem um papel fundamental de contribuir para a construção de uma cultura democrática, uma cultura de paz na sociedade brasileira, atuando de forma coerente com os princípios do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Palavras-chave: LGBTfobia; Música; Racismo; Fundamentalismo Religioso.

Introdução

Tem sido cada vez mais frequente na literatura científica e em diferentes espaços contemporâneos, acadêmicos ou não, a presença de debates que abordam alguns grupos sociais específicos, historicamente constituídos como não hegemônicos, e excluídos de diferentes contextos das sociedades atuais. No caso do presente trabalho, serão focalizadas questões a respeito da população LGBT+.

Nota-se que as produções sobre esse tema têm crescido bastante no contexto acadêmico brasileiro, nos últimos anos. Considerando-se o panorama atual de violência, intolerância, preconceito, discriminação e processos de exclusão vividos pela população LGBT+ no país, evidenciados em estudos científicos recentes, é importante que a Psicologia amplie as pesquisas, continue investindo em mais produções acadêmicas sobre o tema.

De acordo com o relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (2018)[1], cerca de 420 pessoas LGBT+ morreram no Brasil, no ano de publicação do estudo. Entre os casos registrados, 76% foram homicídios e 24% dos casos envolveram suicídio, motivados pela LGBTfobia. Esses números indicam que, a cada 20 horas, uma pessoa LGBT+ foi morta ou cometeu suicídio em 2018 no país, devido ao motivo citado anteriormente.

Entre o total de mortes registradas, a maior parcela era formada por pessoas trans (39%) e gays (45%). O relatório aponta para a existência, no Brasil, de aproximadamente 20 milhões de pessoas que se consideram gays (10% da população), 12 milhões de pessoas lésbicas (6%) e 1 milhão de pessoas trans (0,5%). Considerando essa proporção em termos populacionais, o estudo aponta que há maior vulnerabilidade de casos de violência motivados pela LGBTfobia entre a população trans, no Brasil.

[1] Relatório disponível em: https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf. Acessado em: 15 de Agosto de 2019.

Segundo o relatório publicado pelo Disque 100 (2018), canal de denúncias do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), houve o registro de 1720 denúncias no Brasil, em 2017, envolvendo casos de violência, discriminação ou outras violações relacionadas aos direitos humanos da população LGBT+. Entre os tipos de violência apresentados pelo relatório, destacam-se, por exemplo, a violência psicológica, a violência econômica e financeira/patrimonial e a violência física.

O estudo em foco também revela que a maior parte dessas denúncias registradas envolveram casos de violência contra pessoas LGBT+ negras (40%). O estudo conclui que a maioria dos casos ocorreram contra pessoas que se consideravam negras e gays, na faixa etária entre 18 a 30 anos. Fica evidenciada uma interseção fundamental entre orientação sexual, identidades de gênero e questões étnico-raciais nesse caso, além do fato de que 50% dos casos ocorreram entre pessoas jovens.

A Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016), promovida pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), demonstra que o ambiente escolar é um exemplo de contexto em que a LGBTfobia se vê presente de forma relevante. De acordo com o relatório publicado, 84,4% dos estudantes entrevistados, os quais se reconheciam como LGBT+, relataram já ter presenciado agressões verbais relativas às seguintes categorias, especificadas pelo estudo: orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero (forma como o indivíduo expressa o gênero com o qual se identifica), raça/etnia.

Além disso, aproximadamente 35,8% dos entrevistados relataram já ter sido agredidos fisicamente por motivos semelhantes. 60,2% desses estudantes se sentem inseguros na escola devido à sua orientação sexual, 42,8% devido à expressão de gênero e 14,2% devido à sua identidade de gênero. 31,7% dos entrevistados já faltaram a escola por se sentirem inseguros ou constrangidos.

Esses estudos quantitativos apresentam um panorama acerca dos processos relativos ao preconceito, à violência e aos processos de exclusão e discriminação vivenciados atualmente pela população LGBT+ em diferentes espaços no Brasil. Por meio de análise documental, Miskolci e Campana (2017) identificaram que, nos últimos 30 anos, o contexto latino-americano tem apresentado crescimento de movimentos contrários ao reconhecimento e valorização da diversidade de identidades de gênero e de orientação sexual, que podem impactar significativamente as vivências da população LGBT+ na atual conjuntura social e política brasileira.

De acordo com os autores, uma série de acontecimentos históricos marcaram e permitiram visualizar esse panorama geral da América-Latina, envolvendo organizações civis, grupos religiosos e laicos. Destacam-se, por exemplo, reações contrárias à Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, ONU, em 1995, posições essas pautadas na valorização de perspectivas essencialistas e de concepções heteronormativas de matrimônio (Miskolci & Campana, 2017). Cabe elucidar que as perspectivas essencialistas aqui referidas se vinculam a noções de gênero cristalizadas, pautadas no essencialismo biológico (Woodward, 2000). Posteriormente, essa discussão será aprofundada.

De forma semelhante, esses aspectos são observados na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, em 2007, a qual repudia a "escolha" a respeito da orientação sexual, por supostamente ignorar a "natureza humana" e o "matrimônio digno" (Miskolci & Campana, 2017). Questiona-se, aqui: que tipo de natureza seria essa? Nota-se a presença marcante de um essencialismo biológico permeando essa concepção. O recurso ao essencialismo biológico possui finalidade retórica, como estratégia para legitimar uma determinada visão religiosa fundamentalista, dogmática, sobre o matrimônio (Louro, 2003; Woodward, 2000;).

Pontos de vista fundamentalistas podem se ancorar, estrategicamente, em uma justificativa pseudocientífica e distorcida sobre a Biologia. E, antes disso, um ponto de vista baseado apenas em aspectos biológicos, ao invés de uma perspectiva integrada, é insuficiente para compreender um fenômeno fundamentalmente social. Também há de se considerar que a ideia de existência de um suposto "matrimônio digno" se configura como excludente, entre as inúmeras possibilidades existentes de matrimônio (Louro, 2003).

Além desses exemplos, segundo Miskolci e Campana (2017), também se destacam a ocorrência de movimentos "a favor da família tradicional"[2], baseados na intolerância em relação à diversidade existente em termos de matrimônio. Também houve o estabelecimento de políticas públicas e legitimação de líderes governamentais desfavoráveis ao reconhecimento e valorização da diversidade sexual e de gênero na América Latina.

Diante de tudo isso, percebe-se que há uma relevância significativa em se compreender de forma aprofundada como a LGBTfobia impacta as construções identitárias relativas às identidades de gênero e identidades sexuais na atual conjuntura sociopolítica brasileira. Ou seja, é relevante analisarmos como a LGBTfobia impacta as construções identitárias relativas às identidades sexuais e de gênero. Há um panorama de violência e preconceito que vem sendo identificado no país pela literatura científica brasileira atual, além de um cenário social e político desfavorável à diversidade sexual e de gênero (Miskolci & Campana, 2017).

O meio pelo o qual a presente pesquisa buscou realizar essa análise foi através de músicas populares produzidas no Brasil. A análise de músicas para se compreender essas implicações da LGBTfobia se torna relevante, na medida em que a música se constitui como um produto cultural de uma determinada sociedade (Budasz, 2009). O ato de se analisar e

[2] Entende-se as manifestações a favor da família tradicional como movimentos que tiveram como pauta a defesa contra o matrimônio não heterossexual (Miskolci & Campana, 2017).

compreender recortes de uma cultura funciona como “atos políticos, com implicações imediatas em áreas como a aplicação de verbas públicas e a representação de grupos sociais na mídia, entre outras” (Budasz, 2009, p. 40).

Portanto, é fundamental para a Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação, que vem dialogando com os Estudos Culturais, a análise de artefatos culturais produzidos pela sociedade brasileira, recentemente. Isso é relevante para uma compreensão, mais aprofundada, da temática focalizada na presente monografia.

Os estudos, mencionados anteriormente, revelam uma realidade preocupante na sociedade brasileira atual, envolvendo a LGBTfobia. A realização de pesquisas qualitativas que trazem contribuições sobre essa temática pode complementar essas pesquisas quantitativas. A construção de conhecimentos a respeito desse tema é estratégica, para que a Psicologia seja munida de novos saberes, conhecimentos científicos mais atualizados, a fim de exercer seu papel na sociedade, em consonância com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005).

Entre alguns dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo encontram-se questões que zelam pelo respeito à liberdade, dignidade, igualdade e integridade dos seres humanos, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU); atuação d@ Psicólog@ ancorada na busca por contribuir com a eliminação da discriminação, exploração, violência e opressão; assim como a responsabilidade social d@ Psicólog@ de atuar com análise crítica e histórica do contexto sociopolítico, econômico e cultural (CFP, 2005).

A primeira seção teórica desta Monografia, “Psicologia Cultural e Diálogos Sobre Gênero, Sexualidade e Relações de Poder”, apresenta questões fundamentais a respeito do eixo teórico que norteou a realização desta pesquisa, a Psicologia Cultural e aborda conceitos e debates relevantes envolvendo questões de gênero, sexualidade e poder.

Já a segunda seção teórica, “O Fenômeno da LGBTfobia e Algumas de suas Diferentes Interfaces” engloba discussões a respeito de conceitos sobre identidade, suas relações com o fenômeno da violência e foca o debate nas interfaces envolvendo a LGBTfobia, o racismo, elitismo e o fundamentalismo religioso. A última seção teórica “A Música Enquanto Construção Cultural: Interfaces com a LGBTfobia” aborda questões mais específicas sobre a música popular brasileira, como construção cultural, e suas relações com a LGBTfobia.

Na sequência das seções teóricas, é descrita a metodologia utilizada para a realização da presente pesquisa. Logo após, na seção de Resultados e Discussão, são apresentados e discutidos trechos e informações relevantes acerca das músicas selecionadas, de forma articulada às discussões teóricas. Na seção de Considerações Finais, são apresentadas algumas observações sintéticas a respeito do tema focalizado na presente Monografia.

A seguir, são apresentados os objetivos da pesquisa.

Objetivo Geral

Analisar como a LGBTfobia impacta, a partir de músicas brasileiras previamente selecionadas, as construções identitárias relativas às identidades sexuais e de gênero na atual conjuntura social e política brasileira.

Objetivos Específicos

- Entender de que maneira as representações expostas nas mídias contemporâneas podem favorecer ou não a difusão de uma cultura LGBTfóbica no Brasil;
- Investigar possíveis interseções entre o fenômeno da LGBTfobia, questões étnico-raciais e de classes socioeconômicas na sociedade brasileira;
- Analisar as possíveis interfaces entre a LGBTfobia e o fundamentalismo religioso.

1. Psicologia Cultural e Diálogos Sobre Gênero, Sexualidade e Relações de Poder

A presente pesquisa adota como eixo teórico básico a Psicologia Cultural, apresentando-a enquanto perspectiva norteadora da compreensão dos fenômenos psicológicos aqui explorados e das experiências humanas, em um sentido mais amplo. Para tanto, foram construídas articulações teóricas pertinentes ao tema focalizado neste trabalho, em discussões interdisciplinares entre a Psicologia e outras ciências humanas.

A Psicologia Cultural, de acordo com Valsiner (2012), originou-se a partir de discussões recentes no campo da Psicologia, a partir dos anos 1990, a respeito da *Völkerpsychologie* (Psicologia dos Povos), proposta no século XIX por Wilhelm Wundt e colaboradores. A Psicologia Cultural representa uma perspectiva teórica que busca as interfaces entre a filosofia e disciplinas como semiótica, antropologia, sociologia e história. Atribui grande importância às experiências humanas vividas, que ocorrem sempre em contextos culturais estruturados, na busca pela sua compreensão. (Valsiner, 2012).

Para o autor, a cultura envolve uma série de processos dinâmicos e sistêmicos. O termo tem sua base na noção de cultivo (Valsiner, 2012). Ou seja, a cultura pode ser concebida como um processo de transformação do ambiente em um sistema que possa ser significativo aos seres humanos. A música é, nesse sentido, um exemplo de artefato cultural. Faz parte de processos significação, envolvendo o ser humano, sobre o mundo em que ele está inserido, promovendo modificações de forma que esse meio lhe faça sentido. Logo, na Psicologia Cultural, o ser humano não é compreendido simplesmente como pertencente a uma cultura específica, mas sim, a cultura integra o ser humano (Valsiner, 2012).

A cultura não apenas interfere de forma complementar na vida de um indivíduo, no sentido de ser uma “influência” em relação à pessoa. Ela constitui o indivíduo. Ou seja, para se compreender o psiquismo humano, é fundamental se considerar a cultura (Valsiner, 2012).

De igual modo, ela não é homogênea, caracterizando indivíduos e grupos de forma única. Distancia-se, portanto, de uma homogeneidade qualitativa. E a concepção de um indivíduo que se encontra situado historicamente, constantemente ativo e em renovação, contempla o princípio de irreversibilidade do tempo (Valsiner, 2012). Esse é um princípio que cumpre um papel construtivo na natureza, para além da cultura. Entretanto, também é um princípio fundamental para entender a forma como a própria cultura se constrói (Valsiner, 2012).

Diante desses pontos, o psiquismo humano se constitui a partir das interfaces entre a própria constituição biológica do indivíduo e a cultura. Para melhor compreensão dessa ideia, destaca-se a semiótica, a ciência que estuda os signos, proposta por Charles Peirce, a partir da integração entre pressupostos filosóficos e matemáticos (Valsiner, 2012).

Os signos são artefatos originados pela mente humana, que promovem uma mediação entre a mente dos indivíduos e o mundo. Ou seja, as relações que se estabelecem entre o indivíduo e os objetos no mundo, bem como o indivíduo consigo mesmo, ocorre por meio da mediação semiótica (Valsiner, 2012).

A mediação semiótica é outro princípio explicativo fundamental para a compreensão dessas concepções exploradas pela Psicologia Cultural. Os signos são constituídos por ícones, índices e símbolos. Ícones são signos que representam algum objeto concreto, mas que não o são de fato, como por exemplo, uma fotografia. Índices indicam determinado objeto, devido às características que tornam possíveis promover uma dedução e se associar ao objeto, como por exemplo, pegadas deixadas por uma pessoa na terra molhada. Já os símbolos promovem uma relação arbitrária entre significado e significante, sendo definido culturalmente, como acontece, por exemplo, com a Língua Portuguesa, ou a Matemática. Todos esses tipos de signos promovem uma mediação semiótica entre a mente de um indivíduo e a cultura (Valsiner, 2012).

O psiquismo se engendra, portanto, na semiosfera, um campo abstrato em que operam diferentes teias de signos, os quais realizam a mediação das formas como o ser humano representa e interpreta a realidade que o cerca (Rosa & Valsiner, 2018). É por meio dos signos que o ser humano dá sentido ao mundo e a si mesmo. Diante dessas nuances que constituem as experiências humanas, é possível compreendê-lo a partir da perspectiva de um indivíduo social, cultural e histórico, altamente complexo, sistêmico e dinâmico (Rosa & Valsiner, 2018; Valsiner, 2012).

Diante dessas questões, é possível se tecer articulações entre a Psicologia Cultural e os Estudos Feministas. Um conceito relevante para a compreensão dos fenômenos aqui focalizados, é certamente, o conceito de gênero. Louro (2003) destaca o processo conflituoso de debate e construção de proposições teóricas a respeito desse conceito. Como lembra a autora, a partir do final do século XIX, a efervescência de movimentos sociais, como os movimentos sufragistas, e posteriormente, no final da década de 1960, movimentos intelectuais e acadêmicos, marca a conquista de mulheres contra a discriminação e invisibilidade, até então, em espaços científicos, artísticos e organizacionais nas sociedades ocidentais da época. Esses acontecimentos foram fundamentais para aumentar a representatividade feminina em diferentes espaços.

A primeira onda do feminismo, no início do século XX, foi marcada pela luta e reinvindicação de mulheres por uma ampliação do que se entendia como cidadania e democracia, tomando-se como foco de análise as sociedades europeias e estadunidenses da época (Bittencourt, 2015). Os primeiros movimentos feministas buscaram o acesso à educação e trabalho formais, bem como representação política e direito ao voto das mulheres. Esses movimentos ficaram conhecidos como sufragismo. (Bittencourt, 2015; Louro, 2003).

Em seguida, nos anos 1960, surgiu a segunda onda do feminismo. Enquanto os movimentos da primeira onda se concentraram em reinvindicações políticas, a segunda onda

foi fortemente marcada pelos estudos acadêmicos sobre a temática (Louro, 2003). Em paralelo à efervescência das manifestações de 1968[3], ganharam maior força problematizações teóricas acerca da presença predominantemente masculina em diversos espaços valorizados das sociedades da época.

Dessa forma, a História, a Literatura, as Artes e diversos campos científicos e culturais foram questionados, segundo a autora, pelo forte enviesamento de pontos de vista masculinos presentes nesses espaços. Para exemplificar esse enviesamento, destaca-se a análise realizada por Berger (1980), no campo das Artes Visuais, envolvendo diferentes obras consagradas na história das artes ocidentais. Nessa análise, é notada a existência de pontos de vista predominantemente masculinos envolvidos na construção das representações feitas nessas obras. Há, também, reconhecimento ou invisibilidade do trabalho de um@ artist@ de acordo com o seu gênero (Berger, 1980).

Além dessas questões, surgiram com maior força, na segunda onda do feminismo, discussões que buscavam dar maior visibilidade às vivências de mulheres negras (Bittencourt, 2015). Em meio aos primeiros movimentos sufragistas, a luta pela igualdade de direitos se viu baseada na experiência de mulheres brancas, sob posição econômica privilegiada, em detrimento de mulheres de classe operária que trabalhavam para sobreviver. Isso marcava vivências de mulheres negras que se diferenciavam por haver um entrelaçamento entre gênero, raça/etnia e classe social (Davis, 2016).

Mais recentemente, já na década de 1990, na terceira onda do feminismo, houve maior enfoque no questionamento de perspectivas universalistas e generalizantes, tomando-se como base concepções pós-estruturalistas (Bittencourt, 2015). Solidificaram-se concepções que buscavam maior fluidez e multiplicidade a respeito da temática, contemplando nessas

[3] As manifestações de 1968 foram parte de um grande movimento que se estendeu entre países como França, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Esse movimento teve como base a insatisfação coletiva de jovens, estudantes, mulheres, negr@s, em relação ao modo de organização social e política da sociedade na época, bem como aos processos de discriminação envolvendo esses marcadores sociais (Louro, 2003).

discussões as vivências múltiplas de pessoas trans, em diálogo com a Teoria Queer (Bittencourt, 2015).

A partir desses movimentos e problematizações teóricas a respeito das relações entre homens e mulheres, destaca-se o conceito de gênero, o qual recebe grande enfoque a partir da segunda onda do feminismo. Gênero é compreendido, de acordo com Louro (2003), como contraponto à noção estritamente biológica sobre sexos. Segundo a autora: “Não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (p. 22).

Pretende-se problematizar com isso, de acordo com a autora, a construção estereotipada de representações sociais sobre características biológicas, ancoradas no sistema binário de gênero. A partir desse sistema, são construídas expectativas sociais em relação à masculinidade e à feminilidade, a partir de uma visão dicotomizada. Isso acaba gerando diversos processos de normatização do sujeito.

Diante disso, Scott (1995) propõe que gênero pode ser compreendido como “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (p. 86). De acordo com a autora, essas diferenças percebidas são hierarquizadas, socialmente, a partir de concepções rígidas e baseadas em dualidades, em sistemas binários. Ou seja, a autora chama a atenção para o modo como significados são atribuídos socialmente de acordo com essas percepções, constituindo essas diferenças como fundamentalmente sociais.

Em articulação a essas concepções, a sexualidade representa uma dimensão importante do desenvolvimento humano, com muitas aproximações em relação às identidades de gênero. Entretanto, decerto, não são sinônimos. São próximos pelas identidades sexuais se constituírem em articulação às identidades de gênero. Ou seja, a sexualidade pode ser

compreendida a partir das vivências de desejos corporais, e se constrói de forma interdependente às construções identitárias sobre gênero (Louro, 2003).

Uma teoria que contribuiu para a desconstrução de visões dicotomizadas e normatizadas a respeito de sexualidade, gênero e suas interrelações com o movimento LGBT+, foi a Teoria Queer. De acordo com Louro (2004), queer é um termo que está relacionado ao que se coloca contra a normalização, reconhecendo-se como desviante à heteronormatividade. Posiciona-se contra a cultura heteronormativa, mas não deixa de tecer críticas em relação às perspectivas homossexuais dominantes. A Teoria Queer é pós-identitária, transgride mecanismos considerados sólidos e estáveis de identidade e, por vezes, posiciona-se "entre lugares". Nesse sentido, Louro (2004) afirma:

> Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transsexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser "integrado" e muito menos "tolerado". Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do "entre lugares", do indecifrável. Queer é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina. (p. 7)

Os processos de construção das identidades de gênero e das identidades sexuais se dão por meio de processos históricos e sociais. Os indivíduos constroem identidades femininas, masculinas, não binárias, dentre outras diversas formas de identificação. A relação e a forma como os indivíduos vivenciam a sexualidade, os prazeres corporais, se dão de forma articulada a esses processos relativos às identidades de gênero e diversas outras identidades sociais (Louro, 2003).

O modo como se dão as relações entre pessoas que se reconhecem entre diferentes identidades de gênero e identidades sexuais podem ser analisadas a partir da concepção de poder, discutido por autores como Foucault (2008). O autor apresenta uma concepção inovadora a respeito de poder, entendendo-o enquanto algo que se exerce, em contraponto à concepção de poder como uma "entidade" passível de aquisição. Ou seja, nesse sentido, poder é entendido a partir das relações de força, opressão e resistência, e dos discursos que se estabelecem entre os sujeitos, constituindo relações de poder, em uma lógica social que envolve processos onde haja liberdade e potencial de reação de pessoas sobre as quais é exercido o poder (Foucault, 2008).

O poder é exercido, portanto, em forma de estratégia, envolvendo manobras e dispositivos utilizados em meio a essas relações entre os sujeitos, de forma a produzir fenômenos de assujeitamento. Essa lógica ocorre de maneira complexa. O exercício do poder tem o potencial de envolver a produção de efeitos de verdade, de acordo com momentos históricos e sociais específicos (Foucault, 2008).

A legitimidade é um conceito que se articula com essa noção de poder. Vincula-se à ideia de reconhecimento social, atribuição de verdade, potência de verdade. De forma relativa a determinado momento histórico, são construídas diferentes noções de verdade, noções a respeito do que é considerado um conhecimento, um discurso válido em uma sociedade. A legitimidade se constrói em meio a esse mecanismo (Foucault, 2008).

A partir do momento que algo escapa de um processo discursivo considerado válido, do que se considera verdade, muitas vezes há um processo de deslegitimação desse discurso e uma busca para que ocorra uma aproximação ao que se tem como verdade. Esse processo de deslegitimação representa um processo de violência (Foucault, 2008).

Diante dessa discussão acerca da concepção foucaultiana de poder, concepções hegemônicas a respeito de sexualidade, gênero e processos identitários podem ser

compreendidas a partir dessa lógica de legitimidade e produção de efeitos de verdade, ao se analisar discursos sexistas e LGBTfóbicos que recebem reconhecimento social e se tornam predominantes em determinada sociedade.

Louro (2003) articula essa discussão com o fenômeno da violência: “É importante notar que, na concepção de Foucault, o exercício do poder sempre se dá entre sujeitos que são capazes de resistir (pois, caso contrário, o que se verifica, segundo ele, é uma relação de violência)” (p. 39). Segundo a autora, historicamente, as relações entre homens e mulheres em nossa sociedade ocorreram de forma desigual até hoje, envolvendo processos de exclusão e discriminação em função de questões relacionadas às identidades de gênero e às identidades sexuais não hegemônicas.

2. O Fenômeno da LGBTfobia e Algumas de suas Diferentes Interfaces

Os processos identitários se configuram como aspectos centrais para a compreensão de como se dão as construções relativas às identidades de gênero e as identidades sexuais, bem como o modo pelo qual se configura o fenômeno da violência. Para a compreensão da forma como se desenvolvem esses processos, é pertinente o entendimento a respeito do conceito de *identidade.* O ser humano se constitui por meio de múltiplos processos identitários, conforme é discutido por divers@s autor@s na atualidade (Madureira & Branco, 2012; Hall, 1998; Woodward, 2000). Para Woodward (2000), a identidade pode ser compreendida a partir das diferenças que um indivíduo percebe entre aquilo que, para ele, o define e o caracteriza, e aquilo que não o representa.

A identidade se constitui a partir da marcação simbólica da diferença (Woodward, 2000) em relação a um outro indivíduo ou grupo. Ocorre, de acordo com a autora, a partir de marcadores simbólicos e sociais que permeiam a sociedade, e que delimitam as diferenças entre grupos e indivíduos. (Woodward, 2000).

A autora argumenta que existem, basicamente, dois tipos de visões principais a respeito da identidade. Uma visão essencialista e uma não-essencialista. A primeira compreende uma visão pautada em um essencialismo biológico ou em um essencialismo ancorado na mitificação do passado (Woodward, 2000). Ou seja, respectivamente, uma concepção baseada em suposições sobre a natureza ou, então, baseada na reconstrução mitificada do passado, a fim de legitimar discursos conservadores. Ambas as concepções remetem a algo fixo, que não se modifica, e que se estabelece como verdades imutáveis, "verdades absolutas" (Woodward, 2000).

Já a visão não essencialista apresenta a concepção de identidade como algo fluido, que se altera com o tempo, de acordo com determinado momento histórico. Diferentemente

das visões essencialistas, essa assume uma concepção de identidade como algo que não é fixo (Woodward, 2000). A autora defende a visão não essencialista, assim como Louro (2003), Hall (1998), Scott (1995), entre diversos outr@s autor@s na contemporaneidade. Tal visão não essencialista sobre os processos identitários é adotada, também, nesse trabalho.

Diante disso, Woodward (2000) destaca os conflitos que, muitas vezes, são gerados por conta de percepções acerca das diferenças em relação a indivíduos ou grupos sociais que se reconhecem como distintos entre si, em termos identitários. Quando os processos identitários envolvem preconceito, há, no outro, algo reconhecido como sendo inferior, ou menos legítimo. Minorias sociais se veem em meio a esse conflito de afirmar sua posição-de-sujeito e ver sua identidade reconhecida. Ou seja, isso diz respeito aos lugares em que os sujeitos podem se posicionar e falar, construídos de acordo com os discursos e sistemas de representação vigentes na sociedade em que esses indivíduos se encontram inseridos (Woodward, 2000).

Esses pontos dialogam com a discussão desenvolvida por Madureira e Branco (2012), que apresentam uma compreensão pertinente sobre como as relações entre grupos sociais de diferentes tipos podem se tornar violentas, concebendo os processos identitários e os preconceitos como fenômenos de fronteira, de forma mais específica. As autoras articulam a Teoria dos Campos Afetivos[4] e os conceitos, de origem alemã, Heimweh, compreendido como caminho de volta para casa e Fernweh, caminho rumo ao desconhecido (Boesch, citado por Madureira & Branco, 2012).

Essa teoria destaca uma tensão existente entre esses dois tipos de processos. Heimweh se refere ao que se é considerado familiar, algo mais próximo e, portanto, mais seguro. Por sua vez, Fernweh representa o que se é considerado distante, novo, algo desconhecido para

[4] Referente ao Modelo Sistêmico de Regulação Semiótica (Valsiner, 2003; 2005; 2007ª, citado por Madureira & Branco, 2012).

uma determinada pessoa, que pode até ser considerado perigoso por ela (Madureira & Branco, 2012).

Em termos metafóricos, as autoras apresentam uma comparação com o funcionamento das membranas celulares, sobre a forma como as identidades se constituem, em interface com à citologia, no campo da biologia. As membranas celulares permitem a entrada de algumas substâncias na células, mas bloqueiam a entrada de outras. De acordo com essa conceituação, as identidades se organizam de forma semelhante, a partir de fronteiras simbólicas, que marcam, simbolicamente, as diferenças entre indivíduos e grupos (Madureira & Branco, 2012).

A percepção de um indivíduo ou grupo que envolve uma avaliação positiva ou neutra sobre o outro ilustra a existência de uma fronteira semipermeável. A partir do conhecimento de uma característica do outro que não é tolerada, cuja natureza é pouco conhecida e gera desconforto, uma fronteira simbólica rígida é constituída (Madureira & Branco, 2012). Preconceitos são definidos pelas autoras como “fronteiras simbólicas rígidas, construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo que acabam por se constituir em barreiras culturais entre grupos sociais e entre indivíduos” (p. 125). O preconceito pode se desenvolver para a discriminação, concebida como o preconceito posto em ação (Madureira & Branco, 2012).

Essa concepção apresenta pontos de diálogo com a discussão desenvolvida por Myers (2014), que entende o preconceito como um “julgamento negativo preconcebido de um grupo e seus membros individuais” (p. 247). Para o autor, o preconceito representa uma atitude, ou seja, uma predisposição à ação, ou seja, uma inclinação para agir de uma determinada maneira. A discriminação é a ação concreta fomentada a partir dessa atitude preconceituosa.

Nesse contexto, fronteiras semipermeáveis ou não permeáveis delimitam diferenças entre homens e mulheres transgêneros ou cisgêneros, pessoas não-binárias, heterossexuais,

homossexuais, bissexuais, assexuais, entre outros. Segundo Paula et al (2018), a reprodução da LGBTfobia promove o fortalecimento de barreiras culturais entre indivíduos e grupos sociais, tornando as fronteiras não permeáveis, o que traz implicações negativas não somente para grupos LGBT+, mas à sociedade como um todo. Portanto, sexualidade e gênero contemplam questões de cunho histórico e cultural, que permeiam diversas relações sociais no cotidiano.

Dessa forma, o assunto não interessa apenas à população LGBT+, mas deve interessar toda a sociedade (Paula et al, 2018; Borrillo, 2009). A LGBTfobia não afeta apenas a vivência de pessoas LGBT+, já que permeia as relações sociais de uma sociedade como um todo, reprimindo e coagindo as vivências que se distanciam de um padrão hegemônico heteronormativo. Questões que envolvem a discriminação de um grupo como esse coloca em risco todo sistema democrático de uma sociedade (Borrillo, 2009).

De acordo com Madureira e Branco (2012), como discutido anteriormente, o preconceito se constitui como fenômeno de fronteira. Além disso, o preconceito possui raízes histórico-culturais e afetivas profundas. A Psicologia deve desenvolver estratégias que atuem diante das bases afetivas dos fenômenos do preconceito e da violência, que se conectam aos sistemas de valores pessoais do indivíduo. Dessa forma, torna-se possível estar em sintonia com a construção de uma cultura democrática, uma cultura de paz (Madureira & Branco, 2012; Paula et al, 2018).

Além dessas questões, outro ponto fundamental para se compreender melhor o fenômeno da LGBTfobia é o modo com ela se articula com diferentes marcadores sociais, havendo diversas interfaces. Nesse sentido, a *interseccionalidade* é um conceito que se vincula fortemente com a LGBTfobia (Akotirene, 2018).

A interseccionalidade é um conceito originado a partir de debates promovidos pelo movimento feminista negro, e que é amplamente difundido atualmente, com importância

fundamental na análise da interrelação entre os diferentes mecanismos de opressão que atingem determinados grupos sociais (Akotirene, 2018).

O termo foi cunhado por Crenshaw (1989), quando a advogada afro-estadunidense promoveu estudos de casos jurídicos, em que se evidenciaram a recusa de tribunais em considerar a justaposição entre as discriminações por gênero e pelo racismo, afetando de forma direta a decisão final sobre cada caso. A autora retrata como a experiência de mulheres negras é entrelaçada por esses dois recortes sociais de forma mútua. Não ocorre simplesmente envolvendo a soma delas, de modo excludente, pensando cada categoria separadamente. Envolve a multidimensionalidade dessas experiências, um fenômeno articulado e complexo (Crenshaw, 1989).

Até essa concepção ser difundida nas décadas seguintes, as experiências vividas por grupos sociais minoritários eram pensadas predominantemente de forma separada, inclusive no interior de cada movimento social. Havia a prevalência no feminismo de considerar um eixo único de experiências, as experiências vivenciadas pelas mulheres brancas. Os movimentos antirracistas focavam seu olhar contra o preconceito, a segregação racial e conquista de direitos também se direcionando em relação a um eixo único de experiências, as experiências vivenciadas pelos homens negros (Crenshaw, 1989).

Dessa forma, as experiências de mulheres negras eram invisibilizadas. A concepção de interseccionalidade entre essas categorias fez notar a complexidade das experiências de pessoas com múltiplos pertencimentos identitários vinculados a grupos discriminados, fenômeno que potencializa as experiências vinculadas ao preconceito e à violência (Crenshaw, 1989).

Nas últimas décadas, essa concepção foi popularizada, principalmente após a Conferência De Durban[5], em 2001. Logo emergiram com maior força concepções que buscavam articular não apenas marcadores sociais como raça, gênero e classe socioeconômica, mas o *cisheteropatriarcado*, também (Akotirene, 2018).

O cisheteropatriarcado é um conceito que contempla a normatividade envolvendo identidades de gênero e identidades sexuais, que costumeiramente são deparadas com posicionamentos intolerantes de nossa sociedade quando essas se desvinculam do que é socialmente considerado aceitável (Akotirene, 2018). O patriarcado é uma estrutura de dominação masculina que, historicamente, norteia a organização de nossa sociedade. Esse sistema gera efeitos normatizadores, que buscam uma estruturação binária de gênero. A noção binária de gênero é violenta, invisibiliza e nega a existência de pessoas trans, como se fossem unicamente existentes as pessoas cisgêneros em nossa sociedade (Akotirene, 2018).

A articulação entre diversos marcadores sociais de modo multidimensional e interrelacionado permite uma análise mais aprofundada acerca das múltiplas experiências complexas que pessoas que integram esses grupos vivenciam (Akotirene, 2018). A população LGBT+ se depara, constantemente, com *colisões múltiplas* de racismo, machismo, elitismo, LGBTfobia e discriminação religiosa. É pertinente que esses mecanismos não sejam pensados de modo isolado. A interseccionalidade pode ser compreendida, portanto, como um "sistema de opressão interligado" (Akotirene, 2018, p. 16).

Focando-se o olhar na relação de interseção entre o fenômeno do racismo e da LGBTfobia, as quais também são relacionadas ao fenômeno do elitismo, é fundamental, ao se

[5] A Conferência de Durban, África do Sul, teve como principal objetivo a promoção de um debate amplo envolvendo questões como racismo, xenofobia e intolerância. Inspirando-se na luta contra o sistema do Apartheid, promoveu-se uma declaração com posicionamento afirmativo em relação à diversidade humana e aos princípios de igualdade, prezando-se pelo respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, independente de raça/etnia, cor, língua, religião ou posicionamento político (OAS, 2001). Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20adotado%20pela%20Terceira%20Confer%C3%AAncia%20Mundial%20contra%20o%20Racismo,%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20Xenofobia%20e%20Formas%20Conexas%20de%20Intoler%C3%A2ncia.pdf.

adentrar na temática do racismo e elitismo na sociedade brasileira, que sejam promovidos diálogos com os perversos mecanismos que sustentaram a diáspora africana ao Brasil e a história de escravidão no país (Ribeiro, 2019). A escravidão no Brasil perdurou sob proteção legal por quase 400 anos. Em um longo processo que se sucedeu às invasões europeias, milhões de pessoas foram forçadamente retiradas de suas terras e compelidas a condições subumanas por séculos, juntamente a gerações seguintes (Ribeiro, 2019).

Uma população sequestrada de seu local de origem, de sua cultura, linguagem, história, estética, arte, de seus ancestrais, de seu passado, presente e futuro. Sob o contexto de uma dogmatização eurocêntrica, cristã, houve a busca do apagamento de um povo (Ribeiro, 2019). É o retrato do exercício de poder por nações europeias e dominação sobre os corpos de pessoas que passaram a existir enquanto propriedade de homens brancos. Quando ocorreram as invasões na África, no século XV, os reinos africanos encontravam-se sólidos, sob alto nível de organização política, mas insuficiente poderio de guerra, perante os europeus. Paralelamente à Revolução Industrial que ocorreu na Europa, a exploração da mão-de-obra africana nas terras das Américas, recentemente invadidas, tornou-se atrativo aos europeus. Estabeleceu-se, então, o profundo processo de tráfico e escravização nas Américas (Munanga, 1988).

No Brasil, o tráfico negreiro foi permitido até o ano de 1850, e a escravidão seguiu amparada legalmente até 1888, quando o documento de abolição fora assinado pela Princesa Isabel. Até o acontecimento desse momento histórico, entretanto, houve intensa luta e resistência por parte da população negra. Diversos levantes, como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata, foram fundamentais para a luta contra a escravidão no país (Ribeiro, 2019). Entretanto, em 1850, foi estabelecida a Lei de Terras, regendo a distribuição de terras pelo estado somente por meio de compra, ou concessões a pessoas específicas, como imigrantes europeus. A escravidão deixou de ser permitida legalmente, mas as pessoas, que

outrora foram escravizadas[6], não possuíam condições socioeconômicas mínimas para adquirir algo que havia sido transformado em mercadoria. Isso permitiu o acesso a essas terras por antigos latifundiários, a marginalização da população negra e a solidificação de uma estrutura desigual no país que persiste até hoje (Ribeiro, 2019).

Há 132 anos, a escravidão foi proibida no país. Mas sua prática não cessou completamente, na realidade, persistiu ilegalmente e segue presente até hoje, no Brasil. Um relatório divulgado pelo portal de notícias "O Globo" (2019) revela que fiscais do governo federal identificaram 1,7 mil casos de trabalho escravo no Brasil em 2018. A maioria desses casos ocorreram em áreas rurais, e envolveram a exploração de pessoas submetidas ao trabalho em condições análogas à escravidão. Em uma lista suja, formulada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, que reúne nomes de escravocratas identificados no país, havia a presença de 202 nomes até a divulgação do relatório.

Nota-se, diante de toda essa realidade, que o racismo se constitui como base da construção histórica da sociedade brasileira. O racismo não é uma problemática que ocorre apenas na esfera individual. O racismo é estrutural, e está enraizado em nossa cultura. Portanto, não há de se negar que todos somos, de diferentes formas, racistas (Ribeiro, 2019). A teia de acontecimentos históricos ocorridos no país propiciou a construção de uma estrutura que permeia todos os espaços, desde a produção intelectual, a segurança pública, distribuição econômica da população, até a representatividade e proporcionalidade nas universidades, mercado de trabalho e na arte (Ribeiro, 2019).

Em termos metafóricos, o racismo pode ser compreendido como vigas de um edifício. Esse edifício equipara-se à cultura prevalente no nosso país. Muitas vezes, essas vigas não se

[6] O usual termo *escravo* confere sentido que naturaliza uma situação que foi imposta à força à população negra. O termo mais preciso seria *escravizado*. São pessoas que foram escravizadas à força por pessoas brancas (Ribeiro, 2019)

sobressaem de modo tão aparente, mas estão distribuídas por todo o edifício, sustentando-o. Nota-se a necessidade e a urgência de uma reconstrução desse edifício, para que uma nova estrutura sustente, desde sua base, uma cultura antirracista no Brasil.

Nascimento (1978) já denunciara a proposição muito comum no Brasil sobre a existência de uma suposta democracia racial, carregada pela ideia de harmonia entre brancos e pretos no país. Há uma noção romantizada sobre a miscigenação da população brasileira, a qual ocorreu de forma extremamente violenta, envolvendo inúmeros estupros e diversas violações físicas, psicológicas, simbólicas das mulheres escravizadas (Ribeiro, 2019).

Ao comparar a história da segregação racial nos Estados Unidos, na África do Sul e no Brasil, Nascimento (1978) tece algumas distinções, desmistificando a forma como esse racismo estrutural é presente no Brasil: "Não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país." (p. 93)

Cabe mencionar que hooks (2018) é uma das proeminentes autoras do feminismo que contribui para o questionamento em relação às construções homogêneas sobre gênero. Não há uma categoria geral e única que contemple, satisfatoriamente, toda a multiplicidade de identidades e experiências subjetivas que são construídas entre homens e mulheres nas sociedades (hooks, 2018).

No período inicial do movimento feminista, categorias gerais sobre mulheres e sobre homens eram levantadas para problematizar as relações hierárquicas vividas na sociedade, apresentando o gênero como categoria estruturante para as desigualdades sociais e relações de opressão (hooks, 2018). O movimento feminista negro, juntamente com o movimento dos estudos lésbicos e movimentos de mulheres trans apresentam diversas outras autoras que

destacam as vivências heterogêneas da mulher negra, da mulher lésbica, da mulher trans, de forma integrada à dimensão de classes socioeconômicas excluídas, e também, homens que se identificam com masculinidades não hegemônicas (hooks, 2004; 2018)

Em articulação a essas questões, Amancio (2018) destaca a *Teoria Queer of Color*, que deriva dos movimentos do feminismo negro e da Teoria Queer, sob base pós-estruturalista. A Teoria *Queer of Color* busca reinvindicar a visibilidade de pessoas que se identificam como LGBT+ negras, não somente em espaços heteronormativos, mas dentro do próprio movimento LGBT+.

A Teoria *Queer of Color* se desenvolveu a partir de um processo de questionamento mais profundo sobre noções binárias e hegemônicas, identidades de gênero e identidades sexuais, contemplando identidades e experiências de forma mais complexa e plural (Amancio, 2018). As discussões promovidas por essa teoria têm como direcionamento principal a visibilização de identidades anti-hegemônicas, a autoafirmação e oposição à ideia de integração de minorias sexuais e de gênero à sociedade dominante, questionamento da cisheteronormatividade, além da busca pela integração de múltiplos recortes sociais. Contemplam-se em interface à decolonialidade, coexistindo de forma indissociável, portanto, ao pensamento transnacional, em busca pela ancestralidade africana, além de antirracista e anticapitalista (Amancio, 2018).

As práticas *queer*, bem como suas produções intelectuais, portanto, se desenvolveram paralelamente na busca de um rompimento com o ainda atual discurso hegemônico e cisheteronormativo, que invisibiliza e exclui uma série de identidades e experiências, inclusive entre a própria população LGBT+ (Amancio, 2018). A Teoria Queer pode ser compreendida como "um conjunto de produções teóricas e de práticas de ativismo voltado para a contestação e a descontrução de normas sócio-sexuais" (Amancio, 2018, p. 3).

Essa é uma teoria que, no Brasil, busca promover um pensamento mais contextualizado em relação à realidade latino-americana, e mais propriamente, brasileira. Ou seja, é uma teoria que tece críticas à constante e comum assimilação, na América Latina, de construções culturais e intelectuais estadunidenses e europeias, de forma descontextualizada à realidade latino-americana (Amancio, 2018).

Nos países de língua inglesa, o termo queer recebe forte resistência nos espaços cisheteronormativos. No Brasil, é um termo mais conhecido no meio acadêmico, e visto como sofisticado e positivo. No contexto brasileiro, há uma valorização predominante da cultura estadunidense e europeia, evidenciando a presença ainda persistente de um pensamento colonizado. Isso faz com que o discurso hegemônico presente nas pautas da população LGBT+ invisibilize identidades sexuais e identidades de gênero não hegemônicas. Ou seja, persiste como uma população representada por pessoas e discursos predominantemente brancos e elitistas (Amancio, 2018)

Segundo a autora, há processos de interdependência significativos entre sexualidade, gênero, identidades étnico-raciais e classes sociais. Há processos de preconceito, marginalização e exclusão distintos relacionados a esses diferentes marcadores sociais, e que se articulam de forma complexa (Amancio, 2018).

Outro dos principais fenômenos de interface com a LGBTfobia, apontados pela literatura, é o fenômeno do fundamentalismo religioso (Caputo, 2008; Mesquita & Perucchi, 2016; Oliveira & Reblin, 2014). Por um longo período na Idade Média, na Europa ocidental, foi onipresente, entre os diferentes povos, a junção entre estado e instituições religiosas (Lionço, 2017). De forma similar ao que é representado no romance literário *O Nome da Rosa,* de Umberto Eco (2011), o período da inquisição medieval na Europa buscava contrapor e reprimir qualquer reação à autoridade da igreja católica, consistindo em regimes

que restringiam fortemente a vida cotidiana e a liberdade de se opor ao que era pregado pela igreja.

Após o processo de secularização ocorrido nos países ocidentais, diante da transição histórica para a modernidade, o discurso da racionalidade científica assume papel relevante na transformação do ocidente, no que se refere à construção de estados laicos. Entretanto, a proximidade entre igreja e estado ainda se manteve como herança histórica. No Brasil, essa realidade foi semelhante e, por vários momentos de sua história, o país sofreu com regimes e/ou movimentos antidemocráticos, com forte presença do fundamentalismo religioso e ameaça à laicidade do estado. É algo que, novamente, está presente no atual cenário social e político brasileiro (Lionço, 2017).

Frente à temática do fundamentalismo religioso, Lionço (2017) destaca o compromisso histórico que a Psicologia assumiu, a partir da Constituição Brasileira de 1988, com a democracia e os direitos humanos, que baseiam os princípios éticos da profissão no Brasil. Nem sempre foi dessa forma, entretanto. Durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985), destaca-se que a Psicologia assumiu, muitas vezes, papel conivente frente às violações de direitos humanos, repressões, torturas, mortes, entre outros tipos de violência praticadas pelo estado, no período, apesar de que muit@s psicólog@s tiveram papel importante na resistência a esse cenário (Silva, 2017).

A Psicologia se estabelecera no Brasil em 1962, e se desenvolveu durante o período ditatorial, quando foram criados os conselhos regionais e federais, assim como o sindicato da categoria. Sob um posicionamento brando frente ao campo político, buscando, muitas vezes, evitar o conflito, atuando de forma meramente técnica e operacional e havendo foco no crescimento da área no país, a Psicologia fora predominantemente pouco atenta ao que estava ocorrendo naquele momento do Brasil (Silva, 2017).

É importante que a Psicologia esteja posicionada de forma coerente com a defesa da democracia, no país, e em defesa da laicidade. O fundamentalismo religioso cristão se constitui como um mecanismo reativo aos ideais democráticos e à separação da igreja e do estado, desde o período do iluminismo nas sociedades ocidentais. Há resistências em relação à diversidade cultural e de modos de subjetivação da humanidade que se distanciam dos ideais cisheteronormativos manifestados pela igreja (Lionço, 2017). A laicidade se apresenta como um ponto fundamental para o efetivo reconhecimento da diversidade humana, liberdade individual, de consciência e de expressão; e se apresenta como um princípio básico para a construção de um estado democrático. (Lionço, 2017)

Diante desse contexto, apesar de não haver qualquer relação direta necessária entre sistemas de crenças religiosas e o fenômeno da LGBTfobia, as religiões de matrizes cristãs apresentam, de modo geral, histórico de promoção de discursos intolerantes em relação às formas de vivências afetivas e sexuais distintas da heteronormatividade (Mendonça Neto, 2018).

Essa realidade de intolerância das religiões cristãs também se vê fortemente refletida contra religiões afro-brasileiras (Caputo, 2008). As religiões de matrizes africanas no Brasil estão historicamente vinculadas à população afrodescendente. Nota-se que o histórico da diáspora africana e da escravidão, discutido anteriormente, teve participação fundamental na construção da realidade atual dessas religiões (Caputo, 2008). Envolveu o sequestro sistemático de populações ao longo de séculos, que possuíam seus referenciais culturais, históricos, seus idiomas, vivências e conhecimentos próprios (Ribeiro, 2018).

Portanto, falar sobre religiões afro-brasileiras também significa falar sobre racismo. O candomblé representa um dos diversos recortes culturais herdados da cultura africana pré-colonial. Durante a escravidão, houve uma massiva tentativa de se realizar um apagamento

dessa cultura. Resgatá-la é sinônimo de autoafirmação, resistência, reconhecimento de uma ancestralidade e orgulho (Caputo, 2008).

Ainda que tenha se passado mais de um século do período em que escravizar pessoas negras era legalmente permitido, o silenciamento de expressões religiosas e culturais afrodescendentes ainda é fortemente presente no Brasil. O candomblé ainda é amplamente perseguido, sob uma perspectiva cristã de "demonização" da religião e seus seguidores (Caputo, 2008). Religião que, para os seus adeptos, é motivo de orgulho, vinculando-se a uma questão de identidade e pertencimento. É espaço de acolhimento e onde se veem representados. Entretanto, em outros espaços, costuma-se haver a necessidade de se omitir a vinculação ao candomblé, para se evitar a experiência de discriminação (Caputo, 2008)

A partir de uma herança portuguesa, o Brasil assumiu, por um longo período, a Igreja Católica como matriz religiosa oficial do país. Apenas em 1889, a partir da Proclamação da República, o estado brasileiro deixou e ser vinculado oficialmente à Igreja Católica. Entretanto, mesmo após o estado se tornar oficialmente laico, há implicações históricas e sociais no país até os dias de hoje, a partir de um fundamentalismo religioso cristão (Caputo, 2008).

De acordo com pesquisa divulgada pelo Datafolha (2020)[7], em 176 municípios do país, 50% da população brasileira é católica, 31% evangélica e 10% não possuem religião. O estudo aponta ainda que 3% da população é espírita, 2% é adepta de religiões afro-brasileiras e 1% se considera ateia. O Brasil se configura, portanto, pela presença majoritária de pessoas que declaram seguir algum tipo de religião de matriz cristã.

Atualmente, segundo Mendonça Neto (2018), há vertentes de religiões de matrizes cristãs que manifestam abertura à diversidade sexual e de identidades de gênero. Ainda

[7] Dissponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml. Acessado em: 12 de julho de 2020.

assim, ainda é presente um posicionamento desfavorável ao reconhecimento e respeito em relação à diversidade sexual e de identidades de gênero. O que gera diversas implicações preocupantes na população LGBT+. Isso foi revelado por meio de uma pesquisa qualitativa, baseada em entrevistas individuais semiestruturadas com 8 pessoas, entre LGBT+ e ativistas, envolvendo a utilização de imagens previamente selecionadas. O autor revela que há repressão contra as identidades sexuais não-hegemônicas em vários espaços religiosos no Brasil, ou mesmo, espaços não religiosos, mas que manifestam posicionamentos religiosos fundamentalistas em relação à população LGBT+.

Os participantes relatam, em diferentes níveis, sentimento de culpa, não pertencimento e medo. Esse estudo elucidou implicações, diretas e indiretas, do fundamentalismo religioso na vida de pessoas LGBT+, quer fossem a espiritualidade e a religiosidade relevantes ou não para suas vivências (Mendonça Neto, 2018).

Foi possível perceber, diante de tudo isso, um pouco de como o fundamentalismo religioso pode estar presente de forma articulada na vivência de LGBTfobia de pessoas LGBT+, no Brasil (Lionço, 2017; Mendonça Neto, 2018). A interseccionalidade é um fenômeno fundamental para se desenvolver uma compreensão aprofundada da temática que envolve a LGBTfobia e outros diferentes marcadores sociais para além do fundamentalismo religioso, como racismo e elitismo (Akotirene, 2018; Crenshaw, 1989).

3. A Música Enquanto Construção Cultural: Interfaces com a LGBTfobia

Presume-se que os primeiros instrumentos sonoros produzidos pela humanidade tenham origens milenares, desde os Neandertais (Turk & Dimkaroski, 2011). A flauta é apontada pela literatura como um dos primeiros instrumentos a surgirem na história. Em 1995, pesquisadores realizaram a descoberta de um fêmur de urso localizado em uma caverna da Eslovênia, datado aproximadamente entre 40 mil e 116 mil anos. Posteriormente, através de estudos da museologia, o fêmur foi apontado como instrumento sonoro, devido a características artificiais específicas em sua estrutura, bem como expressão de sonoridade, caracterizando-se como uma espécie de flauta, produzida pelos Neandertais. Desde, então, é apontado como um dos instrumentos mais antigos já encontrados (Turk & Dimkaroski, 2011).

Apesar da história milenar dos instrumentos sonoros e sua utilização para fins variados, a gênese da música ocidental está fortemente vinculada à história de Roma e da Grécia Antigas (Grout & Palisca, 2001). Nesse período, a música desempenhou um papel fundamental na vida cotidiana dessas sociedades, utilizada para fins militares, ritualísticos e artísticos, em geral, como o teatro. Entre a religião desses antigos povos, a música era pensada como a cura para males corporais e espirituais. Na Grécia, era reconhecida como uma criação de deuses e semideuses, além de fazer parte de diversas narrativas (Grout & Palisca, 2001).

De acordo com Grout e Palisca (2001), o declínio e queda da Roma Antiga foi um marco importante para o fortalecimento, disseminação e estabelecimento da Igreja Católica entre as sociedades ocidentais, já no período de transição para a Idade Média. A Igreja Católica possuiu um papel fundamental na constituição cultural das sociedades europeias.

Isso impactou diretamente o percurso histórico da música nas sociedades ocidentais modernas.

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, por volta do final do século XIX e início do século XX, deu-se o início de um processo de transformação profunda na música no ocidente. Com o advento do capitalismo, novas formas de organização social e econômica se estruturaram nas sociedades, mesclando-se heranças históricas de modelos anteriores e a forte presença da industrialização, no século XIX. Esse contexto resultou em uma divisão hierárquica de classes socioeconômicas e a forte demarcação entre artefatos culturais considerados eruditos, associados à burguesia, e artefatos culturais populares, conferindo grande impacto na forma de organização da música sociedade (Napolitano, 2002).

Com o surgimento das indústrias e de novas tecnologias, instrumentos musicais foram aprimorados e criados. A modernidade marca o surgimento da música popular, do modo que mais se aproxima dos modelos atuais. Novos gêneros musicais, novos movimentos culturais surgiram. Para além de sua utilização em rituais variados, religiões, cânticos, peças teatrais e dança, como era comum anteriormente, a música passou a ser promovida em grandes concertos, mas também, utilizada em meios midiáticos, gravada e reproduzida em formato fonográfico, disseminada e acessada por uma parcela cada vez maior de pessoas (Napolitano, 2002).

A história da música ocidental na modernidade pode ser compreendida em três grandes momentos, segundo Napolitano (2002). Em um primeiro momento, a sociedade foi fortemente marcada pela revolução burguesa, dando surgimento a editores musicais, grandes casas de teatro e de concerto, por volta de 1850. A música tida como clássica, atualmente, foi valorizada e a “música de rua” passou a ser alvo de banimento, considerando como referencial o gosto e a expressão artística burguesa em voga (Napolitano, 2002).

Já em um segundo momento, em meados de 1890, originou-se a “cultura de massa”, dando maior força à música popular, foi o momento em que se consolidaram novos monopólios de mercado musical, indústrias gramofones e editoras. Um terceiro momento já é reconhecido quando ocorreu o surgimento do *rock’n roll*, do pop e mudanças no *jazz*, no período após a Segunda Guerra Mundial. Acompanhando o momento histórico do pós-guerra, foi um período de forte liberdade criativa e emancipação popular (Napolitano, 2002).

Nesse mesmo período, no ano de 1959, originou-se a academia de gravação musical *Grammy Awards*, sediada nos Estados Unidos. Inspirou-se na premiação do Oscar, que representa a maior premiação do cinema (Holzbach, 2016). O Grammy busca avaliar e premiar os artistas considerados como de maior proficiência técnica e excelência profissional nos trabalhos produzidos em cada ano. Atualmente, é considerada por muitas pessoas a principal e mais prestigiada premiação da indústria musical global. Até os anos 2000, os artistas da América Latina participavam da premiação, quando indicados. Desde então, o Grammy desmembrou-se em uma subdivisão denominada *Grammy Latino*, e os artistas da América Latina passaram a participar dessa subdivisão. O Grammy possui ampla repercussão midiática anualmente e forte impacto na música e na cultura popular, como um todo (Holzbach, 2016).

Na contemporaneidade, as experiências em relação à música passaram a ser mais individualizadas, para além das mudanças relacionadas às grandes indústrias, gravadoras e premiações musicais. Essa maior individualização passou a ocorrer diante das tecnologias que surgiram nas últimas décadas. Entretanto, no decorrer de sua história, a música esteve fortemente vinculada às coletividades (Napolitano, 2002). Por ter um longo histórico de manifestação cultural grupal, com objetivos diversos, entende-se que a música tem uma participação fundamental como veículo de ideias. A música pode funcionar como vetor

difusor de pensamentos, sentimentos, recortes de realidades sociais, um meio para se pensar a sociedade, a história (Napolitano, 2002) e, acrescento, processos psicológicos.

As contribuições da Psicologia Cultural permitem uma articulação com a ideia de Napolitano (2002) de que a música pode funcionar como veículo de ideias. Promovendo-se um diálogo entre as artes visuais e a Psicologia, como fora explorado anteriormente nesse trabalho, Madureira (2016) destaca como imagens, enquanto artefatos culturais, são potenciais ferramentas analíticas, metodológicas e educacionais. Nós, enquanto seres humanos, somos animais simbólicos. Atribuímos diferentes significados ao mundo em que estamos inseridos, aos objetos que nos rodeiam, às nossas experiências e a nós mesmos. Para tanto, utilizamos signos visuais e verbais para mediarem nossa experiência com o mundo (Madureira, 2016).

Diante disso, cabe destacar que desde a década de 1980, um novo formato de veiculação midiática da música se tornou um produto expressivo no cenário artístico, recebendo progressivamente maior interesse da indústria, de artistas e consumidores: o videoclipe (Holzbach, 2016). Desde seu surgimento, os produtores musicais buscaram utilizá-lo para promover a divulgação de uma imagem específica dos artistas, que comumente ocorre de acordo com cada trabalho novo realizado. Além disso, buscaram expressar visualmente as narrativas compostas em uma canção. Dessa forma, nos últimos 40 anos, as músicas com grande apelo comercial costumam ser exploradas por videoclipes, enquanto representações visuais.

Diante de todas essas questões, percebe-se a riqueza de elementos que podem constituir a estrutura de uma música, seja enquanto somente conteúdo sonoro, ou também enquanto conteúdo audiovisual. Uma canção, envolvendo todos seus elementos (escritos, sonoros e, em alguns casos, também visuais), constituem um amplo campo dialógico entre o

artista e a pessoa que entra em contato com a música produzida (Paranhos, 2004). Músicas não representam estruturas inertes, desprovidas de historicidade, porque carregam experiências históricas e culturais diversas. Músicas são artefatos culturais, são signos, e envolvem processos de produção de significados. São, portanto, em um sentido mais amplo, elementos que promovem a mediação semiótica entre o ser humano e a cultura (Paranhos, 2004; Valsiner, 2012).

Assim como discutido anteriormente, a análise de músicas para se compreender essas implicações da LGBTfobia se torna relevante, na medida em que a música se constitui como um produto cultural de uma determinada sociedade (Budasz, 2009). O ato de se analisar e compreender, de forma mais aprofundada, recortes de um contexto cultural em particular funciona como "atos políticos, com implicações imediatas em áreas como a aplicação de verbas públicas e a representação de grupos sociais na mídia, entre outras" (Budasz, 2009, p. 40).

Na próxima seção, será apresentada a metodologia utilizada para a realização da pesquisa que integra essa Monografia.

4. Metodologia

Durante o desenrolar histórico da humanidade, de forma geral, uma característica especificamente humana esteve onipresente. O ato de se questionar, refletir, buscar compreender, apreender e dar sentido à realidade que cerca o ser humano (Minayo, 2015). Nota-se uma série de variações, no decorrer de milhares de anos, no que diz respeito às formas como o indivíduo, os grupos e as sociedades em um sentido mais amplo fizeram isso, seja por meio dos mitos, das religiões, das artes ou da filosofia. Atualmente, o discurso predominante nas sociedades ocidentais é o discurso científico (Minayo, 2015).

Diante disso, o *positivismo*, de acordo com Minayo (2015), é uma perspectiva que impactou significativamente as ciências sociais. Propõe princípios pautados na ideia de causalidade linear, bem como noções de observação sistemática e mensuração para se explicar os fenômenos da realidade. Segundo a autora, as ciências naturais são protagonistas desse paradigma epistemológico, e as ciências sociais apresentam vertentes que buscam seguir uma dimensão semelhante.

Entretanto, de acordo com Minayo (2015), a pesquisa qualitativa se desenvolveu, nas ciências sociais, sob o questionamento desse paradigma. Há a peculiaridade, nas ciências humanas, como por exemplo a Psicologia, de que o objeto de estudo que ela se propõe a investigar é da mesma natureza d@ pesquisador@. Ou seja, é incoerente a tentativa de se objetivar os fenômenos em pesquisas qualitativas de mesmo modo como ocorre em pesquisas quantitativas. A atuação d@ pesquisador@ nas ciências humanas é posicionada historicamente, assim como o objeto de estudo. Ou seja, ambos possuem *consciência histórica* (Minayo, 2015).

Uma dimensão importante dos fenômenos e processos sociais, para os quais as ciências sociais se atentam, é a subjetividade (Minayo, 2015). A riqueza epistemológica da

pesquisa qualitativa reside em considerar as especificidades desses fenômenos e processos sociais. Para a autora, o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo, relativo a determinado momento histórico. Nesse sentido, cabe destacar que:

> As ciências sociais possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da existência humana em sociedade, ainda que de forma incompleta. Para isso, abordam o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, processos, representações sociais, expressões da subjetividade, símbolos e significações (Minayo, 2015, p. 14).

Ainda assim, é de fundamental importância que haja rigor metodológico para a construção de uma pesquisa qualitativa. E não se busca, nesse contexto, a simples expressão da opinião individual para se analisar os fenômenos e processos de interesse das ciências sociais (Minayo, 2015). Para estudar um fenômeno, @ pesquisador@ parte de certos princípios, pressupostos, envolvendo a formulação de hipóteses e teorias. O conhecimento construído fundamenta pesquisas futuras (Minayo, 2015).

Diante desses pontos, cabe destacar que a pesquisa qualitativa realizada a partir dos princípios teóricos da Psicologia Cultural, adotados nesse trabalho, considera a concepção de que não há uma informação posta e acabada, pronta para ser "colhida" pel@ pesquisador@. Entende-se, porém, que esse é um processo dialógico e sistêmico. A pesquisa qualitativa, portanto, contrapõe-se a uma separação excludente entre pesquisador@ e objeto de estudo (Madureira & Branco, 2001).

De forma mais específica, o presente trabalho adotou uma metodologia qualitativa como base para a realização da pesquisa, por possibilitar um meio de investigação satisfatório e coerente em relação ao tema proposto na presente Monografia, bem como em relação ao

objetivos delimitados. Há o objetivo de se explorar, de forma aprofundada, como a LGBTfobia na música brasileira impacta as construções identitárias relativas às identidades sexuais e de gênero na atual conjuntura social e política brasileira. Dessa forma, justifica-se a utilização dessa metodologia para investigar esses processos e fenômenos.

Cabe mencionar que, previamente à elaboração dessa Monografia, foi realizada a estruturação de um projeto de pesquisa, elaborado como base para o presente trabalho. A partir da situação de isolamento social como medida de enfrentamento da pandemia da COVID-19[8], houve a necessidade de introduzir mudanças metodológicas no Projeto de Monografia, devido à impossibilidade de se realizar a pesquisa de campo proposta anteriormente. No Projeto, foi proposta a realização de uma pesquisa envolvendo entrevistas individuais semiestruturadas, com a utilização de um roteiro de perguntas e imagens previamente selecionadas. Para a reformulação na metodologia, foram realizadas adaptações nos objetivos, problema e tema de pesquisa.

Para a realização da pesquisa, foram utilizadas seis músicas, de gêneros variados, produzidas na última década, e de autoria de artistas brasileir@s.

As músicas para análise foram previamente selecionadas de acordo com duas categorias delimitadas, de acordo com o critério de canções que apresentavam o potencial, a partir dos elementos identificados nas letras e conteúdos audiovisuais, de serem inseridas em cada uma das categorias. De forma mais específica, a primeira categoria (A) apresenta músicas que retratam estereótipos relacionados às pessoas LGBT+ e concepções intolerantes em relação à diversidade sexual e de gênero. Ou seja, músicas que reforçam a LGBTfobia.

A segunda categoria (B) diz respeito a músicas que representam as vivências da comunidade LGBT+, a partir do ponto de vista d@s autor@s, e que valorizam a diversidade

[8] Pandemia causada pelo novo coronavirus (SARS-CoV-2), que até a finalização do presente trabalho, assola a população mundial em uma séria crise sanitária, que demandou medidas rígidas de restrição social (OMS, 2020).

sexual e de gênero, bem como questionam preconceitos e, dessa forma, contribuem para a desconstrução da LGBTfobia de forma ampla, em interseção com outras formas de preconceito, como, por exemplo, o racismo.

Na categoria A, encontram-se as seguintes músicas:

- Bruto, Rústico e Sistemático - João Carreiro e Capataz, com duração de 3 minutos e 15 segundos; Disponível em: https://youtu.be/H16EHQvy3FQ.
- Tu é Veado - Tchê Garotos, com duração de 3 minutos e 30 segundos; Disponível em: https://youtu.be/zyYIPjtMPhQ.
- Minha Sogra Parece Sapatão - Marcelo D2, com duração de 3 minutos; Disponível em: https://youtu.be/wVssrcIrW-Y.

Já em relação à categoria B, encontram-se as seguintes músicas:

- Quebrada Queer – Quebrada Queer, com duração de 6 minutos; Disponível em: https://youtu.be/FwktAmgku68.
- Diaba – Urias, com duração de 3 minutos e 29 segundos; Disponível em: https://youtu.be/_r83_ualtpM
- Elevação Mental – Triz, com duração de 6 minutos; Disponível em: https://youtu.be/npGrq2lFmls.

Vale destacar que todas as canções analisadas foram acessadas pela plataforma do Youtube. Também cabe mencionar que apenas as músicas selecionadas para a categoria B, em conjunto com a música da categoria A “Bruto, Rústico e Sistemático - João Carreiro e Capataz”, possuíam videoclipes disponíveis, enquanto as demais músicas foram disponibilizadas apenas com a presença do áudio.

Para os procedimentos de análise das informações construídos a partir da pesquisa documental realizada, foi utilizado o método de análise de conteúdo. A análise documental não engloba apenas documentos escritos, sendo possível de se incluir materiais audiovisuais nesse escopo. De acordo com Gomes (2015), esse é um método que propõe a análise da comunicação, busca a sistematização do conteúdo de mensagens, de indicadores, obtidos a partir da comunicação.

Segundo o autor, essa estratégia se originou a partir de uma tradição de pesquisa quantitativa, em que se buscava observar a frequência de certas palavras, expressões, a respeito de um tema investigado. Atualmente, também é muito utilizado em pesquisas qualitativas (Gomes, 2015). Dentre as diversas formas de utilização desse método de análise, existe a análise documental, a qual foi utilizada neste trabalho para analisar músicas brasileiras produzidas entre os anos de 2010 e 2020.

A análise documental pode ser definida, de acordo com Bardin (1977), como: “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referenciação” (p. 51). Ou seja, a análise documental permite a releitura de um conteúdo primário, sob a ótica da literatura pertinente, de tal forma que esse é representado de um modo variado em relação ao original. Esse novo modo envolve articulações entre o material analisado e discussões teóricas, tornando-se uma análise rica e com muitos aprofundamentos possíveis. (Bardin, 1977).

Após o processo de descrição das músicas selecionadas, foram construídas três categorias analíticas temáticas, que se desdobraram na construção das subseções que integram a seção “Resultados e Discussão” da presente Monografia. A primeira categoria analítica foi “Implicações da LGBTfobia na construção das identidades de gênero e das

identidades sexuais". A segunda categoria foi "Interfaces entre a LGBTfobia e o racismo". Já a terceira categoria foi "Interfaces entre a LGBTfobia e o fundamentalismo religioso cristão".

7. Resultados e Discussão

Esta seção apresenta os resultados mais significativos obtidos na presente pesquisa, que envolveu a análise de documentos públicos, mais especificamente, músicas populares brasileiras. Estes resultados serão discutidos a partir das três categorias analíticas temáticas, mencionadas anteriormente, construídas em consonância com os objetivos desta pesquisa. A seguir, são apresentadas, em subseções, cada categoria construída.

7.1 Implicações da LGBTfobia na construção das identidades de gênero e das identidades sexuais

Assim como observado anteriormente neste estudo, nos últimos trinta anos, foi possível perceber um crescimento significativo de movimentos contrários ao reconhecimento e à valorização da diversidade de identidades de gênero e orientação sexuais no contexto da América Latina até períodos mais recentes da história de países dessa região (Miskolci & Campana, 2017). Mobilizações essas que emergiram progressivamente, apresentando-se como desfavoráveis ao reconhecimento e à valorização da diversidade LGBT+, representadas por posicionamentos marcantes de figuras públicas e líderes de cada país, propostas de políticas públicas e tomadas de decisão, bem como manifestações de grande repercussão (Miskolci & Campana, 2017).

Esse cenário está distante de se configurar como uma novidade na história da América Latina e, mais especificamente aqui analisado, no contexto do Brasil, como já discutido (Fico, 2008). Uma série de ditaduras militares ocorreram quase que paralelamente, com ruptura em meados da década de 1980, em países como Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Brasil (Fico, 2008). Ou seja, dos acontecimentos históricos significativos que protagonizaram o fortalecimento de movimentos antidemocráticos de forma generalizada, a ditadura militar

permanece sendo o mais recente no Brasil. Entretanto, há a expansão de novos movimentos antidemocráticos na atualidade.

Algumas das marcas mais significativas da ditadura militar brasileira (1964-1985) foram a restrição de direitos civis, censura à liberdade de expressão, perseguição política, duras repressões e limitações a manifestações culturais, que deixaram um legado na sociedade brasileira até os tempos atuais (Fico, 2008). Ou seja, uma dessas fortes repressões a determinadas manifestações culturais ocorriam no cenário musical brasileiro.

Um exemplo disso envolve a Música Popular Brasileira (MPB), como gênero musical. Havia censura, e a forma como músic@s desse gênero encontraram para lançarem suas músicas ao público foi disfarçando elementos da composição que seriam restringidos pela censura. A MPB foi importante meio de resistência política à ditadura militar (Pinheiro, 2015).

Todo esse cenário sociopolítico brasileiro pode impactar significativamente as vivências da população LGBT+, como já abordado anteriormente (Miskolci & Campana, 2017). Por meio da análise de seis músicas brasileiras, permite-se um vislumbre das implicações da LGBTfobia na construção das identidades de gênero e das identidades sexuais no Brasil. O primeiro dos resultados significativos sobre essa temática, e que aqui é destacado, diz respeito à composição de uma música do gênero vaneirão[9], lançada em 2018 no Youtube, de autoria do grupo Tchê Garotos:

> *Eu tô desconfiado/De um certo amigo meu/Que era metido a machão/Não sei o que aconteceu/Tá delicado/Dispensando as muié/Faz zóio de peixe morto/E não larga do meu pé.../Esse machão/Topava qualquer parada/Pegava touro a unha/Era o rei da*

[9] De acordo com Wolffenbüttel (2020), vaneirão é um gênero musical típico do Rio Grande do Sul (RS), e que tem sua origem atrelada a heranças multiétnicas, mas predominantemente, da cultura europeia. Historicamente associado a danças e festejos tradicionais, tornou-se um movimento característico sulista.

mulherada/De Robertão/Agora virou Gigi/Trocou a samba-canção/Por baby-doll e lingerie.../Roda bolsinha/Num jeitinho meio assim/Deixou de ser garanhão/E atacou de drag queen/Falando fino/Desmunheca por aí/Tá usando maquiagem/E senta pra fazer xixi...

A narrativa dessa canção envolve um fictício diálogo entre o eu-lírico e um amigo que, na percepção do eu-lírico, não se relaciona amorosamente com mulheres como anteriormente, quando era o "rei da mulherada", e tem utilizado acessórios e vestimentas como baby-doll, lingerie e maquiagem, em troca da samba-canção. Além desse ponto, questiona o jeito desse amigo e o fato dele ter se montado de drag queen. O eu-lírico utiliza esses aspectos por ele descritos como justificativa para anunciar sua desconfiança de que o amigo dele é "veado". A música apresenta um elemento específico: há a presença de um personagem que dialoga com o eu-lírico durante toda a canção. Ou seja, há trechos não cantados, em que são explicitadas falas, como no trecho em destaque a seguir:

/"Vem cá véio!/Cê parece que é veado, é?"/ (...) /"Eu não sei não!/Mas eu acho que esse bicho/É veado!" (...) /"Fala a verdade aí prá mim/Cê é veado, é véio?"/ (...) !/"Cê é boiola mesmo rapaz!/Eu sei!/Esse bicho parece/Que mija prá trás/Oh véio, cê gosta/De macho, viu véio!/Fala aí!/Fala que não gosta!"/ (...) /"Óia ele aí, óia o boiola aí!/Óia ele aí rapaz! oh!"/ (...) "Cê é veado mesmo rapaz!/Óia, eu falei que esse bicho/Gostava de tirar/O veneno da cobra/Ele morde fronha também rapaz/Eu tô dizendo:/Veado, é veado/Vem cá véio:/Cê é veado mesmo?/Eu não!"

Nota-se, nessa canção, a presença de uma narrativa que reproduz diversos estereótipos tanto relacionados às identidades de gênero, quanto às identidades sexuais. Percebe-se que

há, na narrativa dessa canção, uma construção estereotipada de representações sociais sobre características biológicas, ancoradas no sistema binário de gênero. A partir desse sistema, são construídas expectativas sociais em relação à masculinidade e à feminilidade, a partir de uma visão dicotomizada. Isso acaba gerando diversos processos de normatização do sujeito (Louro, 2003).

Circunscrevendo um pouco mais esse ponto de análise, a heteronormatividade também se faz presente no reforço de estereótipos a respeito das masculinidades. Nota-se que todas as músicas que integram a categoria (A), onde essa música se encontra inserida, tem como autoria artistas homens. Como discutido anteriormente, hooks (2004) já denunciara as perspectivas normatizadoras a respeito da noção de masculinidades hegemônicas. Enquanto plural, as masculinidades são heterogêneas (hooks, 2004). Entretanto, muitas vezes, em um contexto heteronormativo e sexista, são valorizadas masculinidades que se aproximam de um ideal estereotipado de um suposto "homem verdadeiro" (hooks, 2004).

No cenário brasileiro, há um conflito entre masculinidades. No sistema binário de gênero, um tipo de masculinidade ocupa a posição hegemônica. As masculinidades hegemônicas ocupam uma posição de privilégio por estarem em sintonia com o sistema binário de gênero, gerando processos de normatização. É comum ocorrer o assujeitamento de masculinidades gays, por vezes negras, por exemplo. Isso é percebido na canção quando o eu-lírico pressiona o amigo quando esse destoa daquilo que o eu-lírico percebe como o que é "ser homem".

Os mecanismos que oprimem são elucidados quando a única fala em toda canção representando o dito amigo é sobre ele negando as afirmações do eu-lírico de que ele é "veado". Nesse momento, um dos impactos da LGBTfobia na construção das identidades de gênero e identidades sexuais fica mais evidenciado. A sociedade brasileira é LGBTfóbica,

havendo um mecanismo de invisibilização e normatização. Ou seja, reprime o que se diferencia do que é socialmente considerado válido, do que é legitimado (Foucault, 2008),

A segunda canção em destaque, que apresenta elementos significativos para discussão sobre essa temática, é uma música sertaneja intitulada “Bruto, Rústico e Sistemático”, de autoria de João Carreiro e Capataz. A canção apresenta a narrativa de um eu-lírico que se define enquanto “bruto, rústico e sistemático” e, por conta disso, não tolera uma série de acontecimentos que ele relata ter observado, seja em sua família ou “nesse mundo moderno”. O trecho a seguir destaca um posicionamento intolerante do eu-lírico a respeito de um relacionamento gay e um relacionamento lésbico:

> *“/aqui não/posso até não ser simpático/comigo não tem desculpa/minha criação é chucra/a verdade ninguém furta/sou bruto, rústico e sistemático/sistema que fui criado ver dois homens abraçado pra mim era confusão/mulher com mulher beijando/dois homens se acariciando, meu Deus que decepção/mas nesse mundo moderno/não tem errado e nem certo/achar ruim é preconceito/mas não fujo à minha essência pra mim isso é indecência/ninguém vai mudar meu jeito/”.*

Nesse trecho, uma perspectiva intolerante em relação à diversidade LGBT+ se coloca em evidência, novamente. Carícias e afetos entre dois homens, bem como o beijo entre duas mulheres, são questionados de modo depreciativo pelo eu-lírico. Esses acontecimentos são atribuídos por ele a situações associadas ao “mundo moderno”, indagando sobre uma suposta ausência de “certo ou errado”, questionando o fato de ser considerado preconceituoso ao “demonstrar insatisfação” pela situação.

Funari (2016) destaca diversas pesquisas iconográficas, vestígios materiais, referências da literatura antiga, entre outras evidências históricas, que demonstram

amplamente a presença de relações homoafetivas na Antiguidade Clássica. Apesar das definições e significados conferidos a esse tipo de relação amorosa/sexual terem se transformado ao longo da história ocidental, esse estudo demonstra que relações homoafetivas não são exclusividade da modernidade, ou mesmo, da contemporaneidade.

A canção em destaque, a seguir, é de autoria de Bezerra da Silva, regravada por Marcelo D2 e lançada em 2015 no Youtube. Esta canção retrata uma narrativa em que o eu-lírico apresenta uma série de características atribuídas por ele à sua sogra, que se configuram como supostas justificativas que fundamentam sua percepção de que ela é "sapatão":

> */Ela bebe cachaça e fuma charuto/Tem bigode e cabelo no peito/Eu não sei não minha sogra parece sapatão/ (...) /Veja que mulher danada/ Pra gostar de confusão/Ela tocou fogo no meu barraco/ E também quebrou minha televisão/Ainda rasgou toda minha roupa/ E jogou fora o meu colchão/ (...) /Ela é de dar "sugesta"/E por qualquer coisa ela fica invocada/Só anda pela madruga/Com uma pá de mulher que é da barra pesada/Quando tá dormindo ronca/Que parece trovoada/ (...) /Quando o malandro toca nela/É aquele alvoroço/Ela faz assim para o esperto/Qual é a sua seu moço/Da fruta que você gosta/Eu como até o caroço/*

A imagem escolhida pelo artista para a capa do álbum que essa música integra é composta por uma representação do artista pregado em uma cruz, com munição de arma de fogo pendurado no corpo, enquanto o artista olha para a câmera. Ao fundo, parte de uma favela é representada, sob um céu amarelo. A imagem busca ilustrar parte das vivências do artista na favela, levantar questões como racismo e representar sua própria religiosidade.

Apesar disso, a composição da música apresenta diversos estereótipos relacionados às identidades de gênero e identidades sexuais não hegemônicas. A narrativa engloba um eu-

lírico que atribui uma série de estereótipos à sogra. A composição dessa canção já constrói a personagem de forma estereotipada, antes mesmo de ocorrer a conclusão do eu-lírico. Ou seja, a canção se desenvolve em uma espécie de descrição do eu-lírico de como ele percebe a sogra, seguida da conclusão de que ela é "sapatão" devido ao que ele percebe.

Esses estereótipos de gênero presentes na canção ocorrem de forma atrelada a estereótipos relacionados a identidades sexual. Caso semelhante ocorreu nas canções analisadas anteriormente. De acordo com Scott (1995), essas diferenças percebidas são hierarquizadas, socialmente, a partir de concepções rígidas e baseadas em dualidades, em sistemas binários. Ou seja, a autora chama a atenção para o modo como significados são atribuídos socialmente de acordo com essas percepções.

Essas diferenças percebidas são fundamentalmente sociais, apesar de não significar a negação a respeito de aspectos biológicos. Ou seja, diante de tudo isso, nota-se que gênero é fundamentalmente uma construção social, algo fluido (Louro, 2003; Scott, 1995; hooks, 2018; Fonseca, 2018). Essa canção perpetua uma visão binária, essencialista, fixa, sobre as identidades de gênero e, equivocamente, realiza a associação a uma suposta identidade sexual específica.

Essas três canções analisadas anteriormente possuem uma característica em comum. Todas possuem uma narrativa que se apresenta de forma desfavorável à diversidade LGBT+. Elas demonstram que a LGBTfobia promove processos de construção de estereótipos e exclusão a respeito de identidades de gênero e identidades sexuais na sociedade brasileira.

Uma das canções selecionadas para a pesquisa, entretanto, possui um direcionamento distinto dessas três músicas. Apresenta-se de forma favorável à diversidade LGBT+. O trecho em destaque a seguir é de uma canção de autoria d@ Triz. É um@ rapper brasileir@ que se identifica como uma pessoa não binária. Na canção, el@ busca apresentar uma série de questionamentos ao ódio, intolerância e violência contra a população LGBT+ em função de

LGBTfobia. Além disso, @ artista, com essa canção, expressa a importância do respeito à sua identidade de gênero:

> *E eu peço que respeitem a minha identidade de gênero, demorou?/ (...) A sanidade tá escassa no mundo das aparências/Não se cale jamais diante do opressor/Não deixe que o sistema acabe com seu amor/ (...) E como de costume eu vou tocando é na ferida/Falando dos preconceito sofrido no dia a dia/ (...) Vou te falar situação/Vários preconceituoso sem respeito e sem visão/ (...) Foda-se se o mano é gay o que importa é o coração/ (...) Brasil, país que mais mata pessoas trans/Espero que a estatística não suba amanhã/Me diz, por que o jeito de alguém te incomoda/Foda-se se te incomoda/É meu corpo, é minha história/ (...) Zé povinho falou "vai fazer a sobrancelha, dar um trato no cabelo e mudar sua aparência"/"Eu acho que é mulher, eu acho que é um homem, eu acho que 'cê tem que vestir esse uniforme"/ (...) E pra quem quer saber, o meu gênero é neutro/'Cê não precisa entender, só precisar ter respeito/ (...) O preconceito não te leva a nada/Não seja mais um babaca de mente fechada/Por que o ódio mata, só o amor sara/De qual lado 'cê vai ficar?*

O conceito de gênero, como fora discutido anteriormente, engloba uma concepção que se contrapõe à noção estritamente biológica sobre os sexos. Pretende-se problematizar, com esse conceito, a construção estereotipada de representações sociais sobre características biológicas, ancoradas no sistema binário de gênero. A partir desse sistema, são construídas expectativas sociais em relação à masculinidade e à feminilidade, a partir de uma visão dicotomizada. Isso acaba gerando diversos processos de normatização do sujeito (Louro, 2003). Essas relações foram historicamente hierarquizadas, socialmente, a partir de

concepções rígidas e baseadas em dualidades, em sistemas binários. Entretanto, o que se percebe é um mecanismo fluido que estrutura as construções de gênero (Scott, 1995).

Dentro desse cenário, há uma complexidade profunda que envolve a construção dos gêneros e dos processos de identificação e percepção das pessoas em relação ao gênero. De acordo com Reis e Pinho (2016), ao analisarem questões relativas aos gêneros não binários:

> (...) além de transgredirem à imposição social dada no nascimento, ultrapassam os limites dos polos e se fixam ou fluem em diversos pontos da linha que os liga, ou mesmo se distanciam da mesma. Ou seja, indivíduos que não serão exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outrogeneridade, fluidez em suas identificações (p. 16).

A sociedade brasileira se vê fortemente ancorada no sistema binário de gênero. Quando uma pessoa assume uma identidade de gênero não hegemônica, que se distancia de uma noção binária, está exposta a variados tipos de violência. Há uma categorização do indivíduo em uma lógica dicotômica, evidenciando um processo de LGBTfobia (Reis & Pinho, 2016).

Até aqui, já é possível entender de que forma as representações expostas nas mídias contemporâneas podem favorecer ou não a difusão de uma cultura LGBTfóbica no Brasil. As três primeiras músicas analisadas fazem parte da categoria (A), com uma característica em comum. Todas elas apresentam narrativas desfavoráveis à diversidade sexual e de gênero que envolve a população LGBT+. A canção de autoria d@ Triz está inserida na categoria (B), que integra músicas com narrativas favoráveis ao reconhecimento e valorização da diversidade presente na população LGBT+.

Portanto, a partir do que foi observado, nota-se que as músicas da categoria A contribuem para a difusão de uma cultura LGBTfóbica no Brasil ao reproduzir e perdurar estereótipos de gênero, bem como estereótipos associados às identidades sexuais, presentes na cultura brasileira. Músicas que apresentam maior sensibilidade a respeito da diversidade LGBT+, questionam a realidade de preconceito, discriminação, ódio, violência e intolerância, contribuem, de diferentes formas, para a construção de uma cultura que procura desconstruir a LGBTfobia, ou seja, uma cultura de paz, voltada à prevenção da violência (Madureira & Branco, 2012; Paula et al, 2018).

Dessa forma, percebe-se que é pela construção estereotipada de representações sociais sobre características biológicas, ancoradas no sistema binário de gênero, que a LGBTfobia apresenta implicações problemáticas nas construções identitárias relativas às identidades sexuais e de gênero (Louro, 2003). As músicas podem tanto ser difusoras de perspectivas que reforçam o ódio e a intolerância, como também difusoras de concepções e crenças que contribuem para a valorização da diversidade LGBT+.

Essa subseção focalizou algumas implicações que a LGBTfobia produz na construção de identidades sexuais e identidades de gênero. Na próxima subseção, serão apresentadas algumas questões relevantes sobre as interfaces entre a LGBTfobia e o racismo.

7.2 Interfaces entre a LGBTfobia e o racismo

Como discutido anteriormente, o conceito de *interseccionalidade*, cunhado por Crenshaw (1989), é um conceito fundamental para se pensar as construções de identidades sexuais, identidades de gênero, a LGBTfobia, suas relações com o racismo, o elitismo, e as experiências plurais e interrelacionadas que envolvem a população LGBT+ (Akotirene, 2018). A interseccionalidade é um conceito originado a partir de debates promovidos pelo movimento feminista negro, e que é amplamente difundido atualmente, com importância

fundamental na análise da interrelação entre os diferentes mecanismos de opressão que permeiam determinados grupos presentes na sociedade (Akotirene, 2018).

O conceito de interseccionalidade resgata a complexidade das experiências de pessoas que possuem múltiplos pertencimentos identitários vinculados a grupos discriminados, que juntas potencializam essas experiências vinculadas ao preconceito e à violência (Crenshaw, 1989). Não ocorre simplesmente envolvendo a soma delas, de modo excludente, pensando cada categoria separadamente. Envolve a multidimensionalidade dessas experiências, um fenômeno articulado e complexo (Crenshaw, 1989).

Fora discutido anteriormente, também, que o racismo se constitui como base da construção histórica da sociedade brasileira. O racismo não é uma problemática em nível apenas individual. O racismo é estrutural, e está enraizado em nossa cultura. Portanto, não há de se negar que todos somos, de diferentes formas, racistas (Ribeiro, 2019). A teia de acontecimentos históricos ocorridos no nosso país com a população negra propiciou a construção de uma estrutura racista que permeia todos os espaços, desde a produção intelectual, a segurança pública, distribuição econômica da população, até a representatividade e proporcionalidade nas universidades, mercado de trabalho e na arte (Ribeiro, 2019).

É fundamental, ao se adentrar na temática do racismo e elitismo na sociedade brasileira, que sejam promovidos diálogos com os perversos mecanismos que sustentaram a diáspora africana ao Brasil e a história de escravidão no país (Ribeiro, 2019). A escravidão no Brasil perdurou sob proteção legal por quase 400 anos. Uma população sequestrada de seu local de origem, de sua cultura, linguagem, história, estética, arte, de seus ancestrais, de seu passado, presente e futuro. Sob o contexto de uma dogmatização eurocêntrica, cristã, houve a busca do apagamento de diversos povos (Ribeiro, 2019).

A distribuição de terras, após a escravidão deixar de ser legal no país, foi amplamente desigual e favoreceu uma parte específica da população brasileira, contemplando pessoas brancas, com elevado poder monetário. Todos esses acontecimentos propiciaram a solidificação de uma estrutura racista que marginalizou a população negra do país, perpetuou mecanismos de desigualdades em termos socioeconômicos e de representatividade nos espaços, violência contra a população negra e mecanismos de apagamento e embranquecimento cultural (Ribeiro, 2019).

Todas essas questões sobre racismo e elitismo, como pôde ser visto na literatura, contemplam de forma interrelacionada à LGBTfobia. As músicas analisada, a seguir, apresentaram resultados significativos na direção dessa problemática. Pôde-se observar mais detalhadamente exemplos de como as interfaces entre LGBTfobia e o racismo se expressam nas músicas populares brasileiras, ou seja, evidenciando elementos que refletem construções culturais em voga no país, atualmente.

A canção Quebrada Queer, de grupo homônimo, formado por cinco rappers brasileiros negros LGBT+, retrata um compilado de narrativas de cada integrante, que contemplam experiências individuais vinculadas ao racismo e à LGBTfobia, como no seguinte trecho em destaque:

> *Yoh, ha, não atura, fecha a firma/Bonde das femininas/Que vêm de Strike a Pose/Direto das revista/Mas é revista fina, não vem de TITITI/Se não aprendeu com elas, isso é cultura Queer/Vêm aplaudir/Batendo palma, eu te vi resistir/Mas vi daqui, que enquanto você chora eu canto pra subir/Se a minha pele é o que incomoda, eu te convido a vir vestir/Mais quente que o Saara/Eu queimo o céu e faço o mar abrir/Prepara os doce, que a festa não parou por aí/Alice Guél hitou mandando um Deus é travesti/Segura o queixo que esse trecho é feito pra engolir/Mas se o efeito*

causou medo, é hora de fugir/Só mais um trago desse amargo que eu vivi/Contando as nota, chora, que hoje eu vou sorrir/De batom preto, pro velório ou enterro/Vê nas manchetes e pede/Pra eu não ter que repetir.

No trecho em destaque é possível perceber o levantamento de tópicos que envolvem múltiplos recortes sociais, tais como diversidade étnico racial, sexual, religiosa e de gênero. O conceito de interseccionalidade se vê amplamente representado nesse trecho. Nota-se uma interrelação entre diferentes mecanismos de opressão, com destaque para a LGBTfobia e o racismo, que juntos, potencializam as experiências vinculadas ao preconceito e à violência (Akotirene, 2018; Crenshaw, 1989).

O rapper valoriza uma série de questões como, por exemplo, a revista Strike e a revista Pose[10], associa esses elementos ao que ele chama de "bonde das femininas" e define tudo isso como cultura queer. Como visto anteriormente, as práticas queer se configuram como mecanismos de resistência, contestação e desconstrução da cisheteronormatividade (Amancio, 2018). A cultura queer engloba a complexidade e fluidez de identidades sexuais e de gênero anti-hegemônicas. Valorizar isso representa uma autoafirmação, em oposição à concepção de se adequar à cisheteronormatividade, adequar-se a uma realidade, pensamento, que não engloba verdadeiramente sua própria existência, quem se é, realmente (Amancio, 2018).

Em um determinado momento desse trecho, o rapper apresenta um verso que questiona o incômodo de outras pessoas em relação à cor de sua pele: *Se a minha pele é o que incomoda, eu te convido a vir vestir*. Esse questionamento do artista retrata o relato de uma vivência de racismo. Fora debatido anteriormente que o racismo se configura de um modo

[10] A Strike, de acordo com endereço eletrônico próprio, consiste em uma empresa que produz regularmente revistas, conteúdos audiovisuais e eventos, direcionados à resistência popular, à política anti-opressão, filosofia e artes. A Pose é uma revista de moda com enfoque na representatividade de pessoas negras, também de acordo com endereço eletrônico próprio.

que não se restringe ao nível individual. O racismo é estrutural, e se consolidou no Brasil em diferentes espaços sociais depois de uma construção histórica marcada pela diáspora negra forçada e exploração subumana de pessoas negras que foram escravizadas por quase 400 anos no país (Munanga, 1988; Ribeiro, 2018).

Além disso, ocorreram inúmeras tentativas de apagamento da história, cultura, linguagem, arte e conhecimentos da população afrodescendente. A organização da sociedade brasileira se estabeleceu de forma desigual, com pouca representatividade de pessoas negras em diversos espaços. Todos esses aspectos e o prevalecimento histórico de uma cultura hegemonicamente eurocêntrica, no Brasil, estruturou uma cultura racista (Ribeiro, 2018).

O seguinte trecho da canção é apresentado por outro rapper, Murillo Zyess. Também envolve elementos significativos relacionados às interfaces entre LGBTfobia e racismo:

> *Subestimado desde meu primeiro verso/Eles disfarçam bem, são tipo lobo em pele de cordeiro/Mas tô atento, pro opressor eu não disperso/Minhas rima inseticida, preconceito deles, formigueiro/MC's de verdade não desejam sociedades sem diversidade/Recupere o seu bom senso/Repense bem nos fundamentos sendo verdadeiro/Vai ter bicha no rap sim! E eu nem sou pioneiro (vrá)/É que eu já disse, tô bem pleno/Sou problema, tipo Venom/Esses caras acham que é rap porque tão rimando?/Vou ter que usar do meu veneno, pra falar do que eu tô vendo/Suas ideia é tipo Nemo, e eu tô procurando (cadê, cadê)/Nóis tá aqui por cada bicha com a vida interrompida/Por causa de homofobia, ódio e intolerância/Resistimos no dia a dia/Pra poder chegar o dia que prevaleça respeito, igualdade e esperança*.

Além das questões já analisadas sobre interseccionalidade, que também estão presentes nesse trecho, o rapper coloca em destaque a experiência de ser subestimado no rap

por ser uma pessoa LGBT+. Ele questiona essa situação de invisibilidade e negação de um espaço em função de LGBTfobia. O rapper também utiliza a autoafirmação como forma de resistência.

O rap é um gênero musical que, no Brasil, apresentou crescimento significativo no período que sucedeu a ditadura militar no país (1964-1985), quando houve terreno fértil para a inserção de posicionamentos políticos de forma mais destacada nas canções, com o fim da censura. Foi um gênero que se estabeleceu no país de forma amplamente vinculada à cultura da periferia dos centros urbanos (Teperman, 2015).

Dessa forma, o rap brasileiro possui notável relação com questões envolvendo racismo e classes sociais. Questionamentos e reflexões a respeito desses temas passaram a ser pauta das músicas. Entretanto, após mais de 30 anos que o rap está amplamente consolidado no Brasil, só nos últimos anos que esse cenário musical teve abertura maior à população LGBT+ e o público feminino (Teperman, 2015). Portanto, o contexto do rap é tradicionalmente machista e LGBTfóbico. Esse é o contexto precursor do cenário atual de invisibilidade LGBT+ no rap nacional, denunciado no trecho da música destacado anteriormente.

Nesse trecho, o rapper também questiona a violência, as mortes, a homofobia, o ódio e a intolerância que ele percebe na sua experiência de vida. O conceito de fronteiras simbólicas se vincula de forma considerável a essas questões destacadas pelo artista. Essa conceituação contempla a ideia de que as identidades se organizam a partir de fronteiras simbólicas, que marcam, simbolicamente, diferenças entre indivíduos e grupos (Madureira & Branco, 2012).

A percepção de um indivíduo ou grupo que envolve uma avaliação positiva ou neutra sobre o outro ilustra a existência de uma fronteira semipermeável. A partir do conhecimento de uma característica do outro que não é tolerada, cuja natureza é pouco conhecida e gera

desconforto, uma fronteira simbólica rígida é construída. O preconceito pode se concretizar em forma de discriminação, gerando violência (Madureira & Branco, 2012). Esse mecanismo é base para a construção desse tipo de violência, ódio e intolerância em função de homofobia, situação destacada pelo artista no trecho em questão.

Na presente subseção, foram analisados pontos relevantes envolvendo as interfaces entre a LGBTfobia e o racismo. Notou-se que a interseção entre múltiplos marcadores sociais envolvendo pessoas que se identificam com grupos socialmente marginalizados potencializam as vivências da LGBTfobia. Interseccionalidade se mostra, portanto, como um conceito fundamental para a compreensão desses mecanismos.

Na próxima subseção, serão analisadas algumas questões sobre as interfaces entre a LGBTfobia e o fundamentalismo religioso cristão, a partir de trechos de músicas relevantes, considerando o tema em foco.

7.3 Interfaces entre a LGBTfobia e o fundamentalismo religioso cristão

Como já fora discutido anteriormente, após o processo de secularização ocorrido no ocidente, diante de transição histórica para a modernidade, o discurso da racionalidade científica assumiu papel relevante na transformação das sociedades ocidentais, no que se refere à construção de estados laicos. Entretanto, a proximidade entre igreja e estado ainda se manteve como herança histórica (Lionço, 2017).

No Brasil, essa realidade foi semelhante e, por vários momentos de sua história, o país sofreu com regimes e/ou movimentos antidemocráticos, com forte presença do fundamentalismo religioso e ameaça à laicidade do estado. É algo que, novamente, está presente no atual cenário social e político brasileiro (Lionço, 2017). A laicidade se apresenta como um ponto fundamental para a garantia e o reconhecimento da diversidade humana, da

liberdade individual, de consciência e de expressão; e se apresenta como um princípio básico para a construção de um estado democrático (Lionço, 2017).

Também fora discutido que o Brasil se configura pela presença majoritária de pessoas que declaram seguir algum tipo de religião de matriz cristã, e o fundamentalismo religioso se configura, no nosso país, em um direcionamento predominantemente vinculado às religiões cristãs (Mendonça Neto, 2018). A presente subseção busca analisar as interfaces entre a LGBTfobia e o fenômeno do fundamentalismo religioso no Brasil.

Uma das músicas selecionadas na pesquisa para análise é de autoria da Urias, uma cantora brasileira trans negra. A canção é intitulada como Diaba, e retrata uma narrativa audiovisual envolvendo a representação de vivências de mulheres trans, articuladas com o fenômeno da violência, intolerância e transfobia. A canção é desenvolvida a partir dos seguintes versos:

> *Muito prazer, eu sou o oitavo pecado capital/Tente entender, eu sempre fui vista por muitos como o mal/Não consegue ver, que da sua família eu sou pilar principal/Possuo você, possuir você/Sua lei me tornou ilegal/Me chamaram de suja, louca e sem moral/Vão ter que me engolir por bem ou por mal/Agora que eu atingi escala mundial/Navalha debaixo da língua/Tô pronta pra briga/Navalha debaixo da língua/Diaba/Diaba/Não sou nova aqui, não te peço licença/Sua permissão, nunca fez diferença/Com toda educação, foda-se sua crença/Foda-se sua crença/Navalha debaixo da língua/Tô pronta pra briga/Navalha debaixo da língua/Diaba/Diaba.*

Nessa canção, a artista promove a utilização de alguns termos intencionalmente conectados com uma linguagem tipicamente cristã, tal como “diaba” e “pecado capital”. Esses elementos se constituem como alguns dos mais destacados na canção. A artista busca

retratar termos pelos quais já foi chamada. São utilizados sob figura de linguagem da ironia, quando a artista se afirma sob a mesma linguagem comumente utilizada, por meio de um ponto de vista cristão, para retratar pessoas trans de forma pejorativa.

Nota-se uma articulação entre essas questões e as análises de Dias e Machado (2018), que destacam a existência de uma lógica predominante no cristianismo, que apresenta de forma polarizada as noções de sagrado e profano. Por vezes, essa lógica sobre o que é considerado sagrado e profano em nossa sociedade é confrontada com pessoas trans, como no caso destacado pelos autores sobre uma mulher trans brasileira, que em 2015, protestou contra a LGBTfobia na parada LGBT+ de São Paulo, encenando uma representação de Jesus Cristo na cruz. O ato foi amplamente atacado por setores evangélicos da sociedade brasileira, considerando o fato ocorrido uma "blasfêmia".

De acordo com pesquisa divulgada pelo Datafolha (2020)[11], em 176 municípios do país, 50% da população brasileira é católica, 31% evangélica e 10% não possuem religião. O estudo aponta ainda que 3% da população é espírita, 2% é adepta de religiões afro-brasileiras e 1% se considera ateia. O Brasil se configura, portanto, pela presença majoritária de pessoas que declaram seguir algum tipo de religião de matriz cristã. Não há qualquer relação direta entre uma pessoa ser adepta de uma determinada religião e praticar o fundamentalismo religioso. Mas, ainda assim, isso demonstra o quanto o fundamentalismo religioso cristão está presente no Brasil, e apresenta implicações diretas na vivência de pessoas trans.

De certo, há um tensionamento evidente na música da Urias, envolvendo a representação de um suposto diálogo entre a artista e um@ personagem extern@ à canção, como no seguinte verso: "*Com toda educação, foda-se sua crença"*. A canção funciona como uma espécie de resposta à proliferação de falas LGBTfóbicas e fundamentalistas religiosas já

[11] Dissponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml. Acessado em: 12 de julho de 2020.

ouvidas pela cantora. É um posicionamento de autoafirmação, empoderamento, valorização de mulheres trans e ressignificação desses termos, que ora foram proferidos sob conotação negativa a ela.

Urias é uma artista negra, então, o fenômeno de interseção entre diversos recortes sociais, como racismo, machismo e transfobia, além do fundamentalismo religioso, se articulam de forma multidimensional em sua vivência, como pode ser notado ao se observar o áudio e o videoclipe em conjunto. Essa implicação multidimensional de vários marcadores sociais ao mesmo tempo potencializa a experiência de LGBTfobia (Akotirene, 2018).

Em uma análise sobre as bases psicológicas e sociais que envolvem a transfobia, Fonseca (2018) evidencia como a transfobia é um fenômeno construído histórica e culturalmente, a partir da estruturação binária e patriarcal sobre o gênero em nossa sociedade. Aquilo que se diferencia desse sistema demarcado de forma fixa, como se fosse invariável, é socialmente representado como algo inaceitável.

Nossa sociedade se constitui como estruturalmente violenta, a partir dessa realidade. Perspectivas normatizadoras, que envolvem a presença de um padrão hegemônico de masculinidade, que é machista e LGBTfóbico, busca deslegitimar identidades, vivências e existências que fogem a essa norma. Há inúmeras tentativas de se excluir, apagar identidades trans, de modo a se afastar dos olhares tanto quanto possível a representação de pessoas que se distanciam da cisheteronormatividade (Fonseca, 2018).

No conteúdo do vídeo, envolvendo essa canção, é representada uma situação de violência física motivada por transfobia, ocorrida ficcionalmente em um bar. Essa situação de violência acontece assim que a cantora chega ao bar, e as pessoas presentes notam sua chegada. A cena em questão retrata, de forma evidente, a forma como a sociedade brasileira

se constitui como estruturalmente violenta, e as pessoas trans são as mais vulneráveis da população LGBT+, a partir de informações estatísticas.

De acordo com o relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (2018)[12], cerca de 420 pessoas LGBT+ morreram no Brasil, no ano de publicação do estudo. Entre os casos registrados, 76% foram homicídios e 24% dos casos envolveram suicídio, motivados pela LGBTfobia. Esses números indicam que, a cada 20 horas, uma pessoa LGBT+ foi morta ou cometeu suicídio em 2018 no país, devido ao motivo citado anteriormente.

Entre o total de mortes registradas, a maior parcela de pessoas era trans (39%) e gays (45%). O relatório aponta para a existência, no Brasil, de aproximadamente 20 milhões de pessoas que se consideram gays (10% da população), 12 milhões de pessoas lésbicas (6%) e 1 milhão de pessoas trans (0,5%). Considerando essa proporção em termos populacionais, o estudo aponta que há maior vulnerabilidade de casos de violência motivados pela LGBTfobia entre a população trans no Brasil.

Além dessa canção, destaca-se um trecho da música Quebrada Queer, sob autoria de grupo homônimo, já analisada na presente Monografia: "*Mais quente que o Saara/Eu queimo o céu e faço o mar abrir/ (...) Alice Guél hitou mandando um Deus é travesti/".*

Esse trecho apresenta uma estrutura semelhante à canção da Urias. Utilizando-se da figura de linguagem da ironia, como recurso, o rapper Guigo apresenta esse trecho destacando elementos comuns associados ao cristianismo, como "céu", "mar abrir", e a própria concepção de Deus. Como forma de resistência ao fundamentalismo religioso cristão, o rapper afirma "Deus é travesti". Essa afirmação questiona a noção tradicional binária, cisgênera e masculina sobre a representação da divindade cristã, como forma de valorizar a identidade trans feminina.

[12] Relatório disponível em: https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf. Acessado em: 15 de Agosto de 2019.

A partir de trechos como esses é possível compreender como o fundamentalismo religioso cristão está presente de modo relevante na vida dessas pessoas, e possui interface direta com a LGBTfobia. É importante que a Psicologia esteja posicionada de forma paralela à defesa da democracia, no país, e em defesa da laicidade. O fundamentalismo religioso cristão se constitui como um mecanismo reativo aos ideais democráticos e à separação da igreja e do estado, desde o período do iluminismo (Lionço, 2017).

Há inúmeras resistências ao reconhecimento da diversidade cultural e de modos de subjetivação da humanidade que se distanciam dos ideais cisheteronormativos manifestados pelas igrejas, especialmente em suas vertentes fundamentalistas. (Lionço, 2017). Diante disso, fica perceptível como o fundamentalismo religioso apresenta implicações negativas, de forma articulada com a LGBTfobia, na vivência de pessoas LGBT+ no Brasil, principalmente o fundamentalismo religioso cristão. A laicidade se apresenta como um ponto fundamental para a garantia e o reconhecimento da diversidade humana, liberdade individual, de consciência e de expressão; e se apresenta como um princípio básico para a construção de um estado democrático. (Lionço, 2017)

Nessa subseção, pôde-se notar como o fundamentalismo religioso cristão pode contribuir para o fortalecimento de estereótipos pejorativos, de preconceitos e discriminações contra a população LGBT+, como, por exemplo, a população trans. Há, frequentemente, tentativas de invalidar a existência de toda uma parcela da população brasileira, a partir de discursos cisheteronormativos disseminados por setores fundamentalistas cristãos. Esses mecanismos também potencializam as vivências de sofrimento por parte da população LGBT+.

A seguir, serão apresentadas as considerações finais a respeito da pesquisa realizada e apresentada na presente Monografia.

Considerações Finais

Diante de todos os elementos percebidos no decorrer das discussões desenvolvidas nesse trabalho, cabe retomarmos os objetivos da pesquisa. O objetivo geral desse estudo foi analisar como a LGBTfobia impacta, a partir de músicas brasileiras previamente selecionadas, as construções identitárias relativas às identidades sexuais e de gênero na atual conjuntura social e política brasileira. Os objetivos específicos foram os seguintes: entender de que maneira as representações expostas nas mídias contemporâneas podem favorecer ou não a difusão de uma cultura LGBTfóbica no Brasil; investigar possíveis interseções entre o fenômeno da LGBTfobia, questões étnico-raciais e de classes socioeconômicas na sociedade brasileira; e analisar as possíveis interfaces entre a LGBTfobia e o fundamentalismo religioso.

A partir de articulações teóricas, em consonância com os objetivos da pesquisa, é possível considerar que a LGBTfobia apresenta diversas implicações negativas nas construções identitárias relativas às identidades sexuais e de gênero, o que pôde ser constatado a partir das músicas analisadas.

Essas implicações ocorrem de modo, por vezes, violento, sustentando uma constante tentativa de invisibilidade e apagamento sobre a população LGBT+ por diversos setores da sociedade brasileira, em diferentes espaços. O atual cenário sociopolítico vivenciado pela sociedade brasileira apresenta uma ascensão do ultraconservadorismo, que esteve em ascensão na América Latina nas últimas décadas, potencializa as vivências de preconceito, discriminação, exclusão, violência, ódio e intolerância em relação às pessoas que fazem parte da população LGBT+ (Miskolci & Campana, 2017).

De acordo com as análises das músicas selecionadas, nota-se que a LGBTfobia promove uma construção estereotipada sobre identidades sexuais e de gênero, de forma a se

construírem perspectivas que perduram a cisheteronormatividade. As representações expostas nas mídias contemporâneas podem favorecer, ou não, a difusão de uma cultura LGBTfóbica no Brasil de acordo com a forma como a narrativa das músicas é construída.

Notou-se, portanto, que é pela construção estereotipada de representações sociais sobre características biológicas, ancoradas no sistema binário de gênero, que a LGBTfobia tece implicações negativas nas construções identitárias relativas às identidades sexuais e de gênero (Louro, 2003). Como percebido, a partir das músicas analisadas, algumas dessas implicações são o fortalecimento da intolerância e ódio a respeito da diversidade sexual e de gênero; a repressão e apagamento sobre identidades que se distanciam da cisheteronormatividade; e o surgimento de diversos cenários de vulnerabilidade decorrentes do preconceito e discriminação relativos à população LGBT+.

Diante desse sistema binário de gênero, de acordo com Scott (1995), diferenças percebidas são hierarquizadas, socialmente, a partir de concepções rígidas e baseadas em dualidades, em sistemas binários. Ou seja, a autora chama a atenção para o modo como significados são atribuídos socialmente de acordo com essas percepções. Essas diferenças percebidas são fundamentalmente sociais, apesar de não significar a negação a respeito de aspectos biológicos. Ou seja, diante de tudo isso, nota-se que gênero é fundamentalmente uma construção social, algo fluido (Scott, 1995; Louro, 2003).

Além desses aspectos, foi possível observar como a interseccionalidade de múltiplos recortes sociais podem potencializar a experiência de LGBTfobia vivida por pessoas que integram a população LGBT+, com múltiplos pertencimentos identitários vinculados a grupos discriminados (Akotirene, 2018; Crenshaw, 1989). Dessa forma, ficou evidente em todas as canções, de diferentes formas, a presença de interfaces entre LGBTfobia, o racismo, o elitismo e o fundamentalismo religioso.

A articulação de diversos marcadores sociais de modo multidimensional e interrelacionado permite uma análise mais completa das múltiplas experiências complexas que pessoas que integram esses grupos vivenciam (Akotirene, 2018). A população LGBT+ se depara constantemente com *colisões múltiplas* de racismo, machismo, elitismo, LGBTfobia e discriminação religiosa. É de fundamental importância que esses mecanismos não sejam pensados de modo isolado. A interseccionalidade pode ser compreendida, portanto, como um "sistema de opressão interligado" (Akotirene, 2018, p. 16).

Por fim, entende-se que a análise de músicas realmente é um meio válido e relevante para se compreender as possíveis implicações da LGBTfobia na sociedade brasileira, na medida em que a música se constitui como um produto cultural de uma sociedade (Budasz, 2009). O ato de se analisar e compreender, de forma mais aprofundada, recortes de um contexto cultural funciona como "atos políticos, com implicações imediatas em áreas como a aplicação de verbas públicas e a representação de grupos sociais na mídia, entre outras" (Budasz, 2009, p. 40).

A Psicologia, enquanto área de atuação profissional e pesquisa, tem um papel fundamental de contribuir para a construção de uma cultura democrática, uma cultura de paz na sociedade brasileira. É necessário, portanto, que a Psicologia tenha sensibilidade de tecer um olhar humanizado, empático, direcionado ao efetivo acolhimento das pessoas, atento aos processos de vulnerabilidade vivenciados por pessoas LGBT+. É necessário que consiga compreender a realidade histórica e social que constitui a sociedade brasileira, de modo a ter uma atuação mais efetiva. É necessário que exerça seu papel de atuação na sociedade em consonância com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005).

Referências Bibliográficas

ABLGT, Secretaria de Educação (2018). *Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil*. Curitiba.

Amancio, I. M. S. (2018). *Descolonizar a sexualidade: teoria queer of colour e trânsitos para o sul*. Retirado de: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200507>

Akotirene, C. (2018). *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Berger, J. (1980). *Modos de ver*. São Paulo: Martins Fontes.

Bittencourt, N. A. (2015). Movimentos feministas. *Revista insurgência*. Brasília, vol. 1, nº 1, jan/jun (p. 198-210).

Borrillo, D. (2009). A homofobia. Em Lionço, T. & Diniz, D. (Orgs), *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (pp. 15-46). Brasília: LetrasLivres / Editora da Universidade de Brasília.

Budasz, R. (2009). *Pesquisa em música no Brasil: métodos, domínio, perspectivas*. Goiânia: ANPPOM.

Caputo, S. G. (2008). Ogan, adósu, oje, egbonmi e ekedi: o candomblé também está na escola. Mas como? Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 149-181). Petrópolis - RJ: Vozes.

Conselho Federal de Psicologia (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University*

of Chicago Legal Forum: Vol. 1989 , Article 8.

Available at: https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8.

Davis, A. (2016) *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.

Dias, M. S. M.; Machado, A. (2018). A crucificação do corpo travesti. *II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais*. PPGCC-Unisinos. São Leopoldo, RS.

ECO, U (2011). *O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Facchini, R. (2009). Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. *Revista Bagoas da UFRN, n. 4* (p. 131-158).

Fico, C. (2008). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV.

Fonseca, V. C. F. (2018) *Corpos (in)desejáveis: o fenômeno da transfobia a partir da perspectiva de pessoas trans e psicólogos/as*. (Monografia). Brasília: UniCEUB.

Foucault, M. (2008). *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz & Terra.

Funari, P. P. A. (2016). Prefácio: um tema inovador. Em A. M. Esteves, K. T. Azevedo, F. Frohwein (Orgs.). *Homoerotismo na Antiguidade Clássica*. (p. 11-14)

Gomes, R. (2015). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 72-95). Petrópolis – RJ: Vozes.

Globo, O (2019). Em 2018, fiscais identificaram 1,7 mil casos de trabalho escravo no Brasil. Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 2019. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/economia/em-2018-fiscais-identificaram-17-mil-casos-de-trabalho-escravo-no-brasil-23409423>

Grout, D. J.; Palisca, C. V. (2001). *História da Música Ocidental*. Lisboa: Departamento de Ciências Musicais da Universidade Nova de Lisboa, 2001.

Hall, S. (1998). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora.

hooks, B. (2004). *We real cool: black man and masculinity*. New York: Routledge.

hooks, b. (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Holzbach, A. D. (2016). *A invenção do videoclipe: a história por trás da consolidação de um gênero audiovisual*. Curitiba: Appris.

Lionço, T. (2017). Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *37* (núm. esp.), 208-223. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37nspe/1414-9893-pcp-37-spe1-0208.pdf

Louro, G. L. (2003). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. São Paulo: Editora Vozes.

Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em Psicologia do Desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia, 9*(1), 63-75. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v9n1/v9n1a07.pdf

Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco 18 & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.

Madureira, A. F. A. (2016). Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais: as Imagens enquanto Artefatos Culturais. Em J. L. Freitas & E. P. Flores (Orgs.), *Arte e Psicologia: Fundamentos e Práticas* (pp. 57-82). Curitiba: Juruá.

Mendonça Neto, C. C. (2018). *Espiritualidade e sexualidade: as influências da lgbtfobia em contextos religiosos* (Monografia). Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.

Mesquita, D. T. & Perucchi, J. (2016). Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homosexualidade. *Psicologia & Sociedade, 28(1), 105-114*.

Ministério dos Direitos Humanos (2018). *Disque Direitos Humanos Relatório 2017*. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/ouvidoria/dados-disque-100/relatorio-balanco-digital.pdf.

Minayo, M. C. S. (2015a). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-28). Petrópolis – RJ: Vozes.

Miskolci, R.; Campana, M. (2017). "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747.*

Mott, L. & Michels, E. (2018). Relatório 2018: *Assassinatos de LGBT no Brasil*. Retirado de: https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/08/relatorio.2018.pdf.

Munanga, K. & Gomes, N. L. (1988). *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Global

Myers, D. G. (2014). Preconceito: desgostar dos outros. Em D. G. Myers, *Psicologia Social* (pp. 246-278). 10a ed. Porto Alegre: AMGH.

Nascimento, A. (1978). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A.

Napolitano, M. (2002). *História e música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica.

Oliveira, K. L. & Reblin, I. A. (2014). Mulher Maravilha, Velta e Penitência: protagonismo feminino, sexualidade e religiosidade nas histórias em quadrinhos. Em A. X. Braga Júnior (Org.), *Questões de sexualidade nas histórias em quadrinhos* (pp. 35-59). Maceió: EDUFAL.

Paranhos, A. (2004). A música popular e a dança dos sentidos: distintas faces do mesmo. *Revista ArtCultura, Uberlândia-MG, n.º 9, jul.-dez. de 2004*.

Paula, L. D.; Barreto, A. L. C. S.; Holanda, J. M. G. B.; Madureira, A. F. A. (2018). Sexuality, genderanddiversity in schools: diferente voices. Em O. Enokand J. Rolf (Orgs.), *Understanding sexuality* (pp. 106-120). New York: Nova Science Publishers.

Reis, N. & Pinho, R. (2016) Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. *Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul*, v. 24, n. 1, p. 7-25, Jan/A br.

Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras.

Scott, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, 20(2), 71-99.

Silva, R. R. (2017). Psicologia no contexto da ditadura civil-militar e ressonâncias na contemporaneidade. Psicologia: Ciência e Profissão 2017 v. 37 (núm. esp.), 82-90.

Teperrman, R. (2015). *Se liga no som: As transformações do rap no Brasil.* São Paulo: Claro Enigma.

Turk, M; Dimkaroski L. (2011). Neanderthal flute from divje babe I: old and new findings. Em: Toskan, B., *Fragments of Ice Age Environments*. *Proceedings in Honour of Ivan Turk's Jubilee*. (p. 251-265). Ljubljana: Slovenian Book Agency, Scientific Research Centre SASA.

Valsiner, J. (2012a). *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Tradução de Ana Cecília de Sousa Bastos. Porto Alegre: Artmed.

Valsiner, J.; Rosa, A. (2018). The humanpsychelives in semiospheres. Em Valsiner & Alberto, *The Cambrigde Handbook of Sociocultural Psychology*. Cambrigde: Cambridge University Press.

WHO (2020). *Coronavirus disease (COVID-19) Situation Report–173*. Disponível em: < https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200711-covid-19-sitrep-173.pdf?sfvrsn=949920b4_2>

Wolffenbüttel, C. R. (2020). Música no Rio Grande do Sul: conhecendo as origens de alguns gêneros musicais. *Revista da FUNDARTE. Montenegro*, p.254-277, ano 20, nº 40, janeiro/março de 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Cristina_Wolffenbuettel/publication/341170947_MUSICA_NO_RIO_GRANDE_DO_SUL_CONHECENDO_AS_ORIGENS_E_ALGUNS_GENEROS_MUSICAIS/links/5eb94c564585152169c5e109/MUSICA-NO-RIO-GRANDE-DO-SUL-CONHECENDO-AS-ORIGENS-E-ALGUNS-GENEROS-MUSICAIS.pdf>

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis: Vozes.